

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE  
REALIZADA NO DIA DEZASSETTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E  
CINCO-----

----- ATA NÚMERO DOIS-----

----- (Mandato 2025-2029) -----

----- Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes  
Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Gustavo Monteiro Ambrósio Formiga de Gouveia, Paula Cristina Ribeiro Félix Borges, Bernardo Lebre Caboz Gonçalves e Filipe Manuel Espinha Soares da Silva. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano, Joaquim Miguel Calado Cortes de Meirelles, Maria Tereza Tavares de Almeida Moreira da Cruz Borges de Assunção e Fernando Jorge da Costa Rua. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Carlos Roque do Rosário Rêgo e Ricardo Filipe Moreira Antunes Tamagnini Bandeirinha.-----

----- **Da Iniciativa Liberal – (IL)** – Maria João de Vasconcelos Machado da Fonseca e Hugo João Roque Ângelo. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Ricardo de Carvalho Varela e Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira. -----

----- **Do Partido Livre (Livre)** - Francisco Azevedo Mendes Pereira da Costa. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Afonso Maria da Silva Moreira. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – Amândio Albertino Ferreira de Pinho Figueiredo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros:-----

----- Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por Ricardo Bandeirinha. -----

----- Laura Maria Rodrigues Lopes Buddie, que justificou a sua ausência e foi substituída por Afonso Moreira. -----

----- Maria João Gonçalves Lopes, que justificou a sua ausência e foi substituída por Hugo Ângelo. -----

----- Às vinte e uma horas e cinco minutos, constatada a existência de *quórum*, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião. Verificando existirem Fregueses inscritos para usar da palavra, abriu o-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Freguês Nuno Prates.-----

----- **Freguês Nuno Prates** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Olá, boa noite a todos. Alguns de vocês já me conhecem, mas eu passo-me a apresentar, o meu nome é Nuno Prates, eu não sou residente na Freguesia de Alvalade, mas de qualquer forma tenho uma preocupação que se estende à Freguesia, esta Freguesia. Essa preocupação passa pelo ambiente, pela condição dos espaços verdes e mediante a minha experiência eu tento aproximar-me e fazer uma colaboração o mais possível dentro daquilo que tenho possibilidades, procurando o poder local em acordo e em entendimento e inclusivamente até fazendo uma ponte que facilite o meu voluntariado e o voluntariado de todos aqueles que se associam a mim. -----

----- Portanto, a história é longa, já tem algumas iniciativas implementadas, inclusivamente nesta Freguesia foi atribulado, mas teve um final feliz. Isso é o mais importante, é trazer uma prática, uma boa prática, uma boa medida a todos, independentemente do percurso que tenha acontecido. Eu fico muito contente com isso, estou a tentar passar, eu estou a falar de um regulamento de pequenos jardins e uma introdução de regras que levam aos munícipes cuidar de pequenos espaços verdes aqui na Freguesia de Alvalade. -----

----- Outras Freguesias já estão interessadas nesse regulamento, portanto é inspirador, eu fico muito feliz, muito contente por contribuir como cidadão nesse sentido e não tenho vontade de entrar em conflito com a cidade, com a população, com quem nos governa, não essa é a minha intenção. Isso é público, é sabido, mas de qualquer das formas parece que há alguns desentendimentos, algumas formas e mecanismos que nos levam, de certa maneira, a não chegar a um bom entendimento. -----

----- De facto, escrever não é a mesma coisa que falar, conversar tem uma fluência diferente daquilo que nós fazemos em interpretação dos textos e a verdade é que eu decidi... atenção, eu comecei a fazer isso sozinho, como já estou a ficar com alguma idade, não estou em final de vida nem pouco mais ou menos, mas já me custa fazer sozinho, pedi a colaboração de várias pessoas que vieram inclusivamente de outros municípios, juntaram-se e com trabalho voluntário nós conseguimos então contribuir para melhorar os espaços verdes da cidade. -----

----- Uma ressalva, esses espaços verdes são todos espaços que estão destinados, foram pensados para ser verdes e a tentativa é de resgatar e de recuperar, devolver esses mesmos espaços verdes à cidade. Não há aqui nenhuma intenção de ativismo, de conflito, é querer ter mais qualidade de vida e também rumarmos com aquilo que a Europa inteira está a mostrar às populações e os poderes locais de todas as cidades europeias. -----

----- Portanto, eu no dia 30 de janeiro deste ano enviei um mail à Junta de Freguesia, para o geral a informar, a par de outras Juntas de Freguesia, foram cinco, Avenidas Novas, Misericórdia, Alvalade, Arroios e uma outra que me escapa agora. Obtive resposta de duas, não estou a condenar por isso, apenas estou a dizer que obtive resposta de duas, uma delas mostrou interesse em fazermos uma parceria e em conseguirmos chegar efetivamente a um trabalho prático, porque é isso que me interessa. Além do mais eu sei que sou seguido através de uma rede social, portanto, não é a via oficial para se tomar conhecimento, mas de qualquer das formas há visibilidade. -----

----- Portanto, essa questão, essa aproximação seria uma ferramenta muito útil para nós não chegarmos hoje àquilo que ocorreu. E eu estou a falar do separador central da Avenida Estados Unidos da América, em que causou uma grande indignação, sobretudo com os comentários associados porque a espécie não é a indicada, porque aquilo é espaço público, efetivamente é espaço público, efetivamente a espécie pode não ser a elencada nas listas e nos preceitos que a Câmara Municipal entende, é verdade, mas também não é um drama, não está fora de controle, até porque se tratam de exemplares com 10 cm de altura e muito facilmente foram plantados, muito facilmente são retirados. -----

----- A verdade é que todas estas iniciativas têm tido uma repercussão e essa repercussão é aquela que mais nos interessa a nós cidadãos munícipes, é que as coisas efetivamente ganham atenção e há ali uma preocupação. Já é a terceira iniciativa que tem um impacto que poderia ter sido, não vou dizer pacífico, mas mais ligeiro, para chegar a esta vossa decisão, porque eu recebi um mail da vossa parte a dizer que efetivamente iam colocar um sistema de rega, iam efetivamente dar atenção àquele

*separador central. Eu devo dizer que pelo menos há 30 anos aquele separador central tem vindo a perder árvores, as árvores tombam ou estão em condições fitossanitárias que não são as melhores, decidem abatê-las, isso já é quase que uma discussão à parte, à margem, e a reposição dessas árvores não tem acontecido. -----*

*----- Se me responderem que não é viável plantar árvores, podem plantar de porte arbustivo e aquilo que aconteceu foi a plantação de umas herbáceas, de umas plantas residuais, esses exemplares de porte herbáceo secaram todos, não houve um que resistiu, eles foram plantados em linha e nós o que fizemos foi plantar os sobreiros com 10 cm de altura, até nos próximos cinco anos não trazem problema nenhum, não trazem choque nenhum. Tirámos esses exemplares que estavam completamente secos, portanto foram perdidos, foi investimento e foi perdido, para fazer uma substituição. -----*

*----- A mensagem aqui principal é esta, é óbvio que não cabe aos cidadãos escolher as espécies arbóreas, é óbvio, isso não está aqui em dúvida nenhuma. O que está aqui em questão é que durante trinta anos aquele separador todo poderia ter sido arborizado, nós poderíamos ter ali uma barreira sonora, um manto vegetal desenvolvido a trazer vantagens para todos e isso é reiteradamente esquecido. -----*

*----- Portanto este é o ponto, aquilo é uma chamada de atenção. Eu não vou reutilizar a palavra “protesto”, porque isso está muito associado a ativismo e não é essa a minha intenção. Eu estou preocupado com a forma como alguns espaços verdes podem ser aproveitados e até densamente aproveitados e não estão a ser feitos. Portanto essa é a mensagem. -----*

*----- Sei que também pedi que me dissessem o que é que pretendem fazer com os sobreiros, porque nós, os voluntários, os mesmos e até mais, que plantámos também nos oferecemos para ir remover, uma vez que há a vossa vontade de cuidar e de vegetalizar aquilo como deve ser, com algo que seja visível e que seja produtivo e que seja, sobretudo, mantido. Porque o sobreiro, plantado nesta altura e de onde vieram, vêm muito sãos e muito capazes para resistir. Portanto eu fiz esse pedido, eu não obtive a resposta, também seria muito interessante, pelo menos, e é um gesto da vossa parte de que há colaboração, nós não estamos aqui a querer conflitos, nem lutas, não é essa a intenção.-----*

*----- O que nós queremos efetivamente é que as coisas sejam feitas, que as pessoas abram a janela e consigam ver mais vegetação próxima de si. Os corredores verdes são ótimos, mas estão afastados dos arruamentos, dos bairros densamente construídos, se bem que esta Freguesia seja privilegiada, é verdade, mas não é por causa disso que não deve ser redobrado os espaços que podem ser plantados. Esta é a mensagem que eu tenho a dizer.” -----*

*----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu ao Freguês Nuno Prates e deu de seguida a palavra à Freguesa Ana Albano. -----*

*----- **Freguesa Ana Albano** fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Olá, boa noite a todos os presentes. Eu venho com o Nuno a expor, portanto, a mesma situação. Nós somos um grupo de voluntários que pretendemos tornar a nossa cidade mais verde. Eu não sei, porque eu não apanhei exatamente o princípio do discurso do Nuno, eu queria dizer que nós somos apartidários, apesar de eu ser afiliada num partido. Há mais pessoas de outros partidos que já percebemos, mas aqui estamos só em prol do bem da cidade e nós sabemos que os cidadãos, os munícipes, os fregueses, devem participar no bem comum da nossa cidade. Neste caso, Lisboa, não é? Das outras cidades do país também deverão as pessoas pensar assim. -----*

*----- É muito importante que nós todos estejamos a trabalhar em prol de uma cidade mais verde. Não só na Freguesia de Alvalade, como também noutras Juntas de Freguesia que já se propuseram também a criar espaços para nós trabalharmos. Temos*

*tido ofertas na Freguesia também onde eu resido e noutras Freguesias com as quais temos contactado. -----*

*----- As pessoas, de facto, estão dispostas a usufruir e a aceitar muito bem e a querer a nossa participação. Porque é muito importante que as pessoas estejam ativas na sua cidade, porque infelizmente nos dias que correm cada vez as cidades estão mais sujas. Falo por Lisboa, onde há cada vez mais lixo, onde há muitas vezes cortes de árvores. Nós vimos isso na Avenida 5 de Outubro relativamente aos jacarandás que tentaram cortar. Vemos isso na Encarnação, onde cortam praticamente diariamente árvores. Isso foi denunciado por mim na Assembleia Municipal quando fomos discursar e eu estive a ser oradora. Foi no dia 2 de dezembro e denunciei essa situação que, de facto, já tinha sido denunciada via e-mail pelas pessoas por centenas de queixas, mas que infelizmente não surtiram efeito. Parece que surtiram quando eu falei nisso e o nosso interesse, de facto, é criar espaços mais verdes, mais vegetação, mais sombra, mais oxigénio para a nossa cidade.-----*

*----- É muito importante que não seja só uma cidade de betão, uma selva de pedra, literalmente, não é? Portanto, é nosso interesse, é nosso desejo que tenhamos uma cidade mais verde, menos poluída, com mais sombra, com mais vegetação. E eu não sei se eu não disse, mas as pessoas que passavam congratularam-nos pela nossa atuação e os vizinhos, as pessoas que moram na Avenida Estados Unidos da América, os vizinhos vieram-nos dar os parabéns. Houve pessoas que passaram e quiseram também vir plantar connosco. Estiveram presentes pais com crianças, esteve muita gente a participar.-----*

*----- Somos voluntários, nós não recebemos dinheiro nenhum. Nós vamos buscar plantas que são doadas, temos esse trabalho, esse nosso empenho, para criarmos uma cidade mais verde, sem estarmos numa atitude de desafio a ninguém. Queremos só o bem-estar de todos.”-----*

*----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu à Freguesa Ana Albano e deu de seguida a palavra ao Freguês João Galrinho. -----*

*----- **Freguês João Galrinho** fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Muito boa noite. Antes de mais cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Executivo e todos os Membros eleitos da Assembleia de Freguesia. -----*

*----- Eu venho aqui reportar uma questão relacionada com iluminação. Neste caso falta de, mais especificamente no acesso que há entre a Rua Branca Gonta Colaço e a Rua João Lúcio. Há um percurso de sensivelmente uns 100, 150 metros, que não só não está devidamente cuidado aquele percurso, como em termos de iluminação é bastante precário, para ser simpático. Não me sentindo propriamente ameaçado quando por lá passo, não sou só eu que lá passo, passam certamente pessoas idosas, pessoas mais novas que eu, etc. Aquela zona está mesmo muito mal iluminada e a perceção que eu tenho é de que... pronto, estou-me a referir àquele percurso porque faço quase diariamente quando regresso, mas a perceção que eu tenho é que percursos semelhantes, ligações semelhantes entre bairros têm o mesmo tipo de problema nestas ligações. Falta de iluminação. -----*

*----- Ainda assim, quero deixar aqui uma nota positiva, vi que há ali uma zona da encosta, também nesse acesso, que foi arranjada recentemente pela Junta, houve ali um arranjo que acho que ficou bem feito e já agora aproveito também para saudar esse arranjo, que embelezou melhor ali aquela zona. -----*

*----- No fundo, a minha intervenção é esta e chamar a atenção do Executivo e do Vogal competente para o efeito, para que possa intervir. -----*

*----- Muito obrigado, é tudo.”-----*

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu ao Freguês João Galrinho e deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Junta para dar esclarecimentos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por desejar um bom mandato a todos. Parecia ser uma escola ali presente e agradecia a presença e o interesse, porque era sempre importante ter consciência que a participação de todos era sempre melhor. Era participando que se conseguiam mudar as pequenas coisas que ao fim do dia faziam uma grande diferença. -----

----- Disse que já conhecia o Nuno há algum tempo, já tiveram algumas reuniões e tinham sempre várias trocas de e-mails sobre vários assuntos, nomeadamente porque o Nuno foi um grande impulsionador do regulamento que tinham na Freguesia e por essa ordem de razão cuidava de um canteiro com plantas doadas. Iam tendo mais interação por causa dessa situação em particular, porque havia algum problema na rega ou por outra situação em concreto também no espaço público, o Nuno tinha os seus contactos diretos, bem como da equipa e da Junta de Freguesia e iam tentando resolver os alertas que o Nuno ia fazendo chegar. Agradecia-lhe por isso. -----

----- Relativamente à plantação de dia 29 de novembro, foi promovida de forma autónoma. Foi uma ação ilegal e era bom que as pessoas tivessem essa noção, porque imaginassem que todos decidiam sair de casa e fazer uma plantação que lhes apetecesse. Isso não era razoável, nem possível. -----

----- Contudo, era importante também dizer que nessa semana tinha trocado e-mails com o Nuno e ele sabia que tinha total abertura para falar com a Junta de Freguesia, tinham falado sobre vários temas e podia ter avisado que ia fazer aquela atividade. Não só lhe diria que aquele canteiro ia ser intervencionado em virtude do sistema de rega ter colapsado durante o verão e por isso as plantas morreram. Não lhes foi possível de forma nenhuma corrigir, o sistema de rega colapsou em vários sítios do separador central, mas estiveram a lançar o procedimento para encontrar uma empresa que ia fazer a substituição integral do sistema de rega naquele canteiro. -----

----- Quando fizessem essa intervenção não iam deitar plantas fora, isso não era sequer a prática. Iriam em conjunto com o Município de Lisboa encontrar o melhor local par as colocar, porque não queriam estragar. Não sabia exatamente qual a profundidade necessária para fazer a substituição da rede de rega, mas teria que ser feito e não podiam estragar as plantas que lá foram colocadas, teriam que encontrar solução. -----

----- Dizer também que essa intervenção careceu de alguns problemas de segurança. Era muito giro levar crianças para o separador central, mas na Avenida Estados Unidos da América parecia-lhe um bocadinho inconsciente. Se essas intervenções fossem coordenadas com o Município de Lisboa ou com a Junta de Freguesia certamente que naquele local teriam que ter alguma intervenção da polícia para retirar pelo menos uma das faixas de cada lado, para que as condições de segurança estivessem garantidas. -----

----- Diria que o trabalho feito pelo Nuno no canteiro era meritório e a sua disponibilidade para fazer coisas diferentes e envolver a comunidade era meritória. Com a Junta tinha sempre essa porta aberta. -----

----- No passado sábado tinham feito com a Urban Forest uma parceria para realizar uma mini-floresta em Alvalade, uma ONG. T tinham colaborado não só tecnicamente, mas também financeiramente e, portanto, na Junta de Freguesia de Alvalade havia essa abertura. T tinham um regulamento de atribuição de hortas e pequenos jardins urbanos de Alvalade, em que algum morador ou não morador, no caso do Nuno, da Freguesia podia tomar conta de um pequeno canteiro e tratar desse espaço verde. Portanto, havia total abertura para projetos, mas tinham que ser consultados e haver um trabalho técnico para fazer essas plantações, porque havia regras que até a própria Junta de Freguesia tinha que seguir no âmbito do regulamento municipal que o Nuno sabia perfeitamente existir.

----- Não estavam ali para dificultar a vida a ninguém, gostavam de espaços verdes, particularmente também gostava de espaços verdes bem cuidados e tinham feito esse esforço. Geriam 500 mil metros quadrados de espaços verdes na Freguesia e esse esforço era feito diariamente. Não estava tudo bem e nunca ficaria tudo bem, mas era um caminho e iam fazendo esse trabalho diário, as equipas da Junta principalmente. Os cidadãos sabiam que tinham ali uma porta aberta e o Nuno em particular sabia disso. Trocavam vários e-mails desde há dois ou três anos e tinha essa abertura, tinha esses contactos e da próxima vez agradecia que lhes pudesse fazer chegar e trabalharem em conjunto, que era sempre melhor do que fazerem as atividades sozinhos. -----

----- Relativamente à questão sobre a iluminação pública, no Bairro das Estacas aconteciam alguns impasses nessa situação. Era um bairro gerido até 2013 não pelo Município ou pela Junta de Freguesia, a gestão era do Instituto da Segurança Social e passou para o âmbito municipal com a reforma administrativa e havia ainda algumas falhas. Mesmo no passado, em algumas requalificações que foram feitas em alguns logradouros, não se colocou a iluminação pública e estava à vontade para falar sobre o tema, não foi no seu Executivo, foi no Executivo do Partido Socialista, era de muito difícil implementação e iria atrasar o projeto. Eles decidiram avançar com a requalificação dos logradouros sem a colocação de iluminação pública não só porque a resposta do Município de Lisboa por vezes era algo lenta e podia atrasar os projetos, mas a rede elétrica da Cidade de Lisboa também tinha alguns constrangimentos na colocação de nova iluminação pública. -----

----- Estava em sobrecarga e a E-Redes teria que fazer investimentos bastante avultados para conseguir mitigar algumas dessas situações que estavam identificadas, mas agradecia que tivesse levado ali esse tema, que era uma grande preocupação não só em relação à iluminação pública, mas também a manutenção. Muitas vezes havia picos de menor capacidade de resposta do Município na resolução de alguns temas da iluminação pública na cidade e nesse caso estavam a falar da Freguesia de Alvalade, mas era um tema que estava identificado e os serviços já por várias vezes sinalizaram junto do Município de Lisboa, principalmente no Bairro das Caixas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia verificando não haver mais inscrições neste Ponto, deu o mesmo por terminado e abriu o

#### ----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que gostaria, neste princípio de mandato, de referir um tema que já foi muito discutido no mandato anterior, mas como havia muita gente nova no atual mandato voltava ao tema, que era a hora de entrega das moções e recomendações. Já houve várias propostas, inclusive da CDU, e se calhar era um tema que tinham de rever no Regimento. O Regimento atual dizia que deviam ser entregues vinte e quatro horas antes da Sessão, o que significava que até às vinte e uma horas do dia anterior era ainda possível entregar os documentos, mas isso requeria uma disponibilidade dos trabalhadores da Freguesia até essa hora e depois ficava-se com muito pouco tempo para os Membros da Assembleia de Freguesia poderem analisar uma moção ou recomendação. -----

----- Pensava que nada disso era muito salutar e já houve recomendações não vinculativas no anterior mandato, para que as forças políticas fizessem um esforço de entregar não mais tarde que até ao meio-dia do dia anterior, pelo menos até tomarem alguma deliberação no sentido de tornar isso em letra de facto. No fundo, era um apelo para que fossem entregues não mais tarde que o meio-dia do dia anterior, para permitir o tempo necessário de serem distribuídos a todos os Membros da Assembleia. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro João da Fonseca.----

----- **Membro Maria João da Fonseca (IL)** apresentou o seguinte documento: -----

## ----- **Recomendação** -----

“----- *Considerando que:* -----  
----- *o programa eleitoral da coligação Por Ti Lisboa propõe “reduzir as taxas municipais”;* -----  
----- *que as taxas caninas representam uma pequena receita (500€) no orçamento da Junta de Freguesia de Alvalade;* -----  
----- *que os detentores de cães objeto do pagamento da taxa canina já têm um conjunto de despesas significativas na sua própria formação e no pagamento do SIAC e de outras licenças;* -----  
----- *que tudo o que diminua os processos internos de tesouraria também representam um ganho de tempo e de custos para a própria Junta.* -----  
----- *A Iniciativa Liberal propõe que o Executivo:* -----  
----- *elimine o pagamento da taxa canina, sem que isso obste à obrigatoriedade da respetiva licença.*----- ”

----- Continuando, disse que era fundamentalmente um gesto que quase diria simbólico. A redução de taxas fazia parte do programa eleitoral da Coligação Por Ti Lisboa, as taxas caninas representavam uma verba residual no Orçamento da Junta e achavam que esse podia ser um bom exemplo de vontade de aligeirar as cargas de taxas sobre os fregueses. Foi nesse sentido que a Iniciativa Liberal fazia essa recomendação, porque achavam que era um bom início para conseguir ir diminuindo a pouco e pouco aquilo que onerava a vida dos fregueses. -----

----- O valor que estava em causa eram 500 euros, não era um valor muito significativo e por isso achavam que não tinha um impacto importante no Orçamento da Junta, mas podia ter um impacto simbólico para os fregueses. Foi essa a intenção.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ana Pelicano. -----

----- **Membro Ana Pelicano (PSD)** disse que o PSD achava relevante tal recomendação e lembrava que em 2022, inclusive, na Assembleia de Freguesia com o atual Executivo foi proposta a isenção das taxas caninas para animais de companhia, os cães de companhia, cães-guias, cães de guarda, tendo ficado só excluídos dessa isenção cães potencialmente perigosos, cães para fins lucrativos e cães de caça, tudo o que tivesse a ver com atividades económicas. -----

----- Em vez de isentar, porque era um pequeno valor, deviam era incentivar a que todos os cães estivessem registados na Freguesia, fossem de companhia ou fossem para fins económicos ou outros.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ricardo Varela. -----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** agradeceu aos estudantes terem tomado a iniciativa de estarem ali dentro do que era o processo democrático e participativo. Da mesma forma que alguns fregueses foram ali dirigir-se, os próprios estudantes também o podiam fazer e era importante saberem, assim se fazia parte da democracia. -----

----- Sobre a recomendação gostaria de destacar duas coisas. Em primeiro lugar, até pela intervenção feita pela Membro do PSD, efetivamente já existia uma isenção de taxas canídeas. Ela não era de 2022, ia de trás, nessa altura foi a última vez que foi revista a tabela de taxas, mas essa isenção já existia e do anterior Executivo. Tinham uma situação de saber o que a IL queria isentar, se eram eventualmente as situações dos cães que não estavam isentos, as raças especialmente perigosas, cães para efeito de economia, cães de caça. Esses eram os que não estavam isentos e todos os outros, cães de companhia, cães militares, cães de guarda, de guia, eles já estavam isentos e, portanto, não conseguia perceber bem qual era o objetivo e o alcance da proposta, embora não tivessem uma ideia fechada relativamente a essa situação. -----

----- Outra questão que também lhe parecia pertinente era que a IL fazia parte do Executivo atual da Junta de Freguesia, que tomava a iniciativa de colocar à discussão pública a revisão da tabela de taxas e onde se encontrava a questão dos canídeos, revisão essa que a ser aprovada após o processo de discussão pública devia ser incluída no próprio Orçamento da Junta que iam discutir. -----

----- Era verdade que os 500 euros seriam um valor irrelevante, mas ele tinha impacto inclusive nas contas que iam votar nesse dia. Estavam até com uma situação um bocadinho embaraçosa de ter um ponto da ordem de trabalhos com a votação do Orçamento, que previa a cobrança dessas taxas e ao mesmo tempo tinham uma proposta de uma bancada com representatividade no Orçamento, que construiu o Orçamento, opinou sobre esse tema e não apresentou nessa altura a proposta. -----

----- Em todo o caso, não tinham uma posição fechada sobre essa matéria. A recomendação como estava, faziam a sugestão que fosse reformulada no sentido de recomendar eventualmente ao Executivo que pudesse avançar com a discussão pública para a revisão do regulamento e onde pudesse ser avaliada a isenção de todos os cães. Os gatos também já estavam isentos de taxa, era efetivamente uma medida importante, até para que houvesse um registo. Era um incentivo, uma iniciativa que não se opunham na totalidade, achavam que não era o momento nem a forma de o fazer. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que as taxas também eram sensíveis para o CDS. Relembrava que antes de existir a Iniciativa Liberal já Pires de Lima falava em “taxas e taxinhas”. Também entendiam que fosse uma questão simbólica, mas quantificando um bocado isso estavam a falar de taxas isentas para a maioria dos canídeos, quase totalidade, com exceção de cães potencialmente perigosos e perigosos que normalmente eram comprados e não iam de canis municipais, que também estavam isentos. -----

----- Os custos que estavam associados a isso, o tal sistema de informação dos animais de companhia custava 2,50 euros. A taxa mais elevada desses cães potencialmente perigosos, que deviam ser uma minoria, custava 10 ou 15 euros no máximo. Estavam a falar dos tais 500 euros anuais, que compreendiam que fosse simbólico. -----

----- Era muito mais importante uma aposta na fiscalização mais rigorosa, tanto dos dejetos caninos como dos cães que não tinham licença, dos cães que andavam sem trela e alguns deles perigosos. Isso sim impactava a população de Alvalade. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Tesoureiro da Junta. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que não era o tema, mas gostava de saber qual era a escola que representavam os estudantes presentes. Ficavam muito contentes e serem da Freguesia ainda tornava mais importante a presença. -----

----- Relativamente à recomendação, nos outros anos por essa altura tinha concordado em muitos momentos diferentes com a CDU e ia concordar outra vez. -----

----- Fizeram em 2024 e 2025 um trabalho do Regulamento de Taxas, que estava feito na primeira página com uma sinopse e também no ponto do licenciamento de animais, no ponto 3 do trabalho que efetuaram. Não tinham nenhuma proposta no Orçamento e também não ia nenhuma proposta de isenção do licenciamento de cães para investigação científica, cães de caça, cães perigosos e cães potencialmente perigosos. Ia sim para os cães de companhia, cão militar, policial, o gato e o furão, esses sim estavam isentos. ----

----- Era importante dar essa nota e uma última como Tesoureiro, 500 euros de receita não era de todo depreciável, era muito bem-vindo. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta. -----



----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esse trabalho que fizeram para a revisão do Regulamento de Taxas da Freguesia de Alvalade iria correr o seu curso normal e em breve teria consulta pública. Levaram à Assembleia de Freguesia para discussão. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro João da Fonseca. ----

----- **Membro Maria João da Fonseca (IL)** disse que quando estava em nome da IL a propor a isenção dessas taxas sabia que eram as taxas para os cães perigosos e os cães de trabalho fundamentalmente, os outros estavam isentos há muito tempo. A questão ali era precisamente ser um ato simbólico e era isso que gostavam de assinalar. -----

----- Também gostava de dizer que o facto de estarem presentes com muita honra no Executivo da Junta não os tornava mudos nem abúlicos e por isso as propostas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)**, no uso da palavra para um ponto de ordem à Mesa, disse que o documento apresentado tinha uma data que não estava correta, mas isso era um erro que acontecia a todos. -----

----- O documento em si dizia que a Iniciativa Liberal propunha ao Executivo, mas não era IL e não iria votar com certeza com esse articulado. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que pensava entender-se bem o sentido, era uma recomendação ao Executivo, para já da IL, se fosse aprovado pela Assembleia de Freguesia passaria a ser do coletivo Assembleia de Freguesia. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Afonso Moreira. ----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que queria intervir porque a discussão desse ponto foi bastante esclarecedora em demonstrar-se que essa ação, admitida como simbólica, os estava a fazer perder tempo porque podia estar incluído, como foi dito, no Orçamento e não era necessário fazer esse número para adicionar a questão às isenções por tudo o que foi dito e inclusivamente faltou dizer que eram exemplos também animais abandonados. -----

----- Tinha pena que por exemplo nessa situação, aparentemente o PSD parecia preocupado com a questão das taxas, mas quando foi proposto até na Assembleia da República pelo BE reduzir o IVA dos atos veterinários de 23% para 6%, aí não se associaram a essa iniciativa. Portanto, que tivessem memória e se calhar iam em frente com esses pontos porque havia muitos assuntos importantes para discutir. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Isenção de taxas caninas”**, apresentada pela IL, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 6 votos a favor (PS e IL), 1 voto contra (PAN) e 12 abstenções (PSD, CDS-PP, CDU, BE e Livre) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Abstivemos nesta votação porque, até por indicação do Executivo aqui presente e que foi aqui dada, está-se a preparar a revisão das várias taxas da Freguesia e sendo necessária uma discussão pública para alteração das taxas, é nesse enquadramento que devem ser feitas essas alterações, ou essas propostas para alterações. Será nessa altura, com a participação pública e com a discussão quando voltar à Assembleia de Freguesia que faremos essa discussão mais aberta.”* -----

----- **Bancada do PAN** apresentou posteriormente a seguinte declaração de voto por escrito: -----

----- *“O PAN tem manifestado ser contra a utilização de animais utilizados para fins económicos, canídeos ou outros, assim como discordamos sobre a classificação de cães perigosos ou potencialmente perigosos. No entanto, o tema da recomendação da IL é a isenção de taxas caninas a qual votámos contra e pretende-se com esta declaração de voto explicar as razões do voto.* -----

----- O PAN votou contra esta recomendação por vários motivos, sendo o principal, o facto das taxas caninas já estarem isentas para os cães considerados animais de companhia. Os restantes canídeos não isentos, são cães para fins económicos, para investigação científica, cães de caça, cães potencialmente perigosos e cães perigosos. Consideramos que as taxas se devem manter para o registo destes animais uma vez que, a maioria são provenientes e/ou destinados a atividades com fins económicos. -----

Parece-nos ser uma boa prática da Junta de Freguesia isentar as taxas caninas não só para o registo de cães de companhia como também para os cães anteriormente acolhidos em sociedades zoófilas promovendo assim a adoção de animais. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ricardo Varela.-----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção** -----

“----- Aumentar a oferta de habitação acessível na freguesia de Alvalade -----

----- Considerando que: -----

----- De acordo com os dados estatísticos mais recentes (INE) confirmam a persistência, com tendência de agravamento, do estado de grave carência habitacional, de graves problemas de acesso à habitação e, conseqüentemente, da necessidade de uma robusta política pública de resposta às necessidades habitacionais na cidade.-----

----- A freguesia de Alvalade não é exceção, apresentando igualmente uma situação de carência de habitação acessível. Por um lado, a disparidade entre preços de mercado da habitação e a capacidade financeira das famílias; por outro lado, “a oferta insuficiente de fogos para arrendamento”, designadamente, a preços compatíveis com os rendimentos de muitas famílias e jovens que se viram obrigados a encontrar uma resposta habitacional fora da freguesia. -----

----- O Governo aprovou recentemente através de duas resoluções do Conselho de Ministros (RCM), duas operações de mobilização de património imobiliário do Estado (edificado e terrenos), para fins de política de habitação.-----

----- Com a RCM nº 159/2025 o Governo autorizou a alienação de imóveis do Estado, para fins habitacionais ou financiamento dos programas de habitação pública, entre eles, encontra-se o atual edifício da DGESTE situado na Praça de Alvalade, 12, 13. ----

----- Com a RCM nº 164/2025 o Governo aprovou a criação do Programa Estratégico para o Desenvolvimento das “Parcerias para o Arrendamento Acessível”, destinado a “ampliar, em larga escala, a oferta habitacional de arrendamento a preços acessíveis” ao abrigo do DL nº 68/2019 (diploma que criou o Programa de Arrendamento Acessível e que assume na sua versão atual a designação de Programa de Apoio ao Arrendamento).-----

----- No caso do programa das “Parcerias para o Arrendamento Acessível”, prevê ainda o diploma que “podem ser afetos ao Programa outros imóveis do Estado, de institutos públicos e ou de entidades do setor empresarial do Estado”.-----

----- Considerando ainda que: -----

----- Os valores do arrendamento em mercado livre no município de Lisboa, valores que determinam o “valor de referência do preço da renda” considerado no Programa de Apoio ao Arrendamento (DL nº 68/2019), ao abrigo do qual o Programa das Parcerias se desenvolverá, constituem, pelo efeito da escalada especulativa do valor do arrendamento habitacional no município, valores que impõem muito elevadas taxas de esforço a vastos segmentos de famílias, nomeadamente, às famílias de rendimentos intermédios. -----

----- A aplicação da grelha de rendas prevista no Programa de Apoio ao Arrendamento não gera, em Lisboa, contrariamente ao pretendido pelo Programa, habitação a preços acessível às famílias de rendimentos intermédios, antes, alimentará situações de exclusão no acesso à habitação de muitas famílias e jovens que vivem ou viveram na freguesia de Alvalade.-----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade, propõem que a Assembleia de Freguesia, em reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2025, delibere:-----

----- 1. Instar o Governo e o Presidente da CML a estabelecerem um processo de diálogo com vista à definição, no âmbito da Carta Municipal de Habitação, de programas de cooperação entre o Estado e a CML para o aproveitamento, para fins habitacionais, do património imobiliário inativo do Estado, nomeadamente, o edifício situado na praça de Alvalade 12, 13, incluído no Programa de Desenvolvimento de Parcerias para o Arrendamento Acessível (RCM nº164/2025);-----

-----2. Instar o Governo a desenvolver operações de aproveitamento do património imobiliário do Estado para promoção de habitação pública, nomeadamente, as operações a desenvolver na Freguesia de Alvalade, devam ser implementadas, preferencialmente, nas seguintes modalidades:-----

----- a. Promoção direta do Estado;-----

----- b. Parcerias público-público (isto é, governo-município),-----

----- c. Parcerias público-comunitárias (governo-município-instituições cooperativas ou sociais);-----

----- 3. Instar o Governo a aplicar, nas iniciativas de promoção de habitação pública do Estado com incidência no município de Lisboa, também na freguesia de Alvalade, do regime de renda condicionada, excluindo, conseqüentemente, a utilização do regime de arrendamento acessível, por levar a aplicação deste último regime a uma situação generalizada de sobrecarga financeira com a despesa da habitação ou de exclusão de vastos segmentos populacionais com rendimentos intermédios baixos;-----

----- 4. Enviar esta Recomendação ao Primeiro Ministro, ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e a todos os partidos representados na Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Alvalade, 17 de dezembro de 2025 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Ricardo Varela e Frederico Lira----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Francisco Costa. ----

----- **Membro Francisco Costa (Livre)** disse que era muito bom ver as salas cheias de fregueses, agradecia que tivessem ido e convidava a voltar mais vezes, a inscreverem-se e intervirem na Assembleia de Freguesia.-----

----- Apresentou o seguinte documento:-----

----- **Moção** -----

“----- Pela defesa do património público e da habitação a valores acessíveis à população de Alvalade-----

----- O Governo decidiu, por resolução do Conselho de Ministros, proceder à alienação de dezasseis imóveis pertencentes ao Estado e à ESTAMO – Participações Imobiliárias, S. A., a concretizar por hasta pública até ao final do primeiro trimestre de 2026. Outra resolução cria um mecanismo de parcerias público-privadas, denominado “Parcerias para o Arrendamento Acessível”, destinado à concessão, por prazos alargados, de catorze imóveis públicos para projetos de arrendamento, a maioria localizada na Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- Posteriormente, o governo apresentou várias propostas de alteração legislativa no âmbito da habitação, entre as quais se inclui o programa de rendas moderadas, atualmente em apreciação na Assembleia da República<sup>3</sup>. Contudo este programa estabelece limites máximos de renda e venda de imóveis demasiado elevados, ficando longe de garantir rendas compatíveis com os rendimentos da maioria das famílias e podendo, inclusivamente, contribuir para a contínua subida dos valores praticados. ---

----- Estas medidas são apresentadas como resposta à crise da habitação mas, em vez de criar um parque público robusto com rendas acessíveis ao rendimento dos agregados, o Governo opta por uma estratégia de alienação de património público de utilização habitacional com elevado valor patrimonial e localização central, com o objetivo de gerar receitas extraordinárias orçamentais, apresentadas como financiamento indireto das políticas de habitação. O Relatório do Conselho das Finanças Públicas sobre o Orçamento do Estado para 2026<sup>4</sup> alerta que estas operações são tratadas como medidas pontuais e sem detalhe suficiente, o que levanta sérias dúvidas quanto à previsibilidade e sustentabilidade orçamental e quanto ao impacto na capacidade do Estado em responder à crise da habitação. -----

----- Em Lisboa, esta estratégia traduz-se na colocação no mercado de vários edifícios antes ocupados por ministérios e serviços públicos, incluindo imóveis que poderiam ser mobilizados para habitação a valores acessíveis, residências universitárias ou equipamentos coletivos. Relembramos os vários imóveis da Segurança Social adquiridos pela Câmara Municipal de Lisboa e convertidos para 250 fogos de habitação de renda acessível e residências universitárias, concretizando um investimento relevante para aumentar o parque público de habitação da cidade. -----

----- No caso concreto da freguesia de Alvalade, a Resolução do Conselho de Ministros torna claro que o edifício da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) na Praça de Alvalade, 12, 13, em Lisboa, propriedade do Estado, integra a lista dos imóveis a alienar. Trata-se de um edifício público inserido numa zona estratégica da freguesia com forte valor simbólico e muito boas acessibilidades de transporte, serviços e comércio, onde há muito se reclama uma intervenção pública que combine habitação acessível, residências universitárias ou equipamentos coletivos ao serviço da população da freguesia. -----

----- A alienação deste edifício significa uma perda de controlo efetivo sobre o seu uso social e uma oportunidade perdida para criar um verdadeiro projecto de arrendamento a preços acessíveis sob gestão do município, à imagem do que foi feito nos edifícios da Segurança Social. Mesmo que se destine a arrendamento acessível de promoção privada, persistem, além disso, dúvidas fundamentais sobre o nível das rendas, os critérios de acesso para famílias com rendimentos baixos e médios, a duração do regime e os mecanismos de transparência e participação da população da freguesia na definição do projeto, num contexto em que milhares de famílias enfrentam sérias dificuldades para aceder a uma habitação digna. -----

----- A conjugação entre a venda de imóveis públicos em Lisboa e a concessão de terrenos estratégicos, reforça a necessidade de transparência total sobre os imóveis a integrar estes processos, os modelos de financiamento, as contrapartidas exigidas aos privados e os impactos no território da freguesia. Torna-se igualmente indispensável garantir que qualquer intervenção naquele edifício tenha como prioridade a satisfação das necessidades habitacionais e de equipamentos da população de Alvalade, e não apenas contribuir para o Orçamento do Estado ou a valorização imobiliária para a especulação ou o turismo. -----

----- Na passada segunda-feira, 15 de Dezembro de 2025, na cerimónia de entrega de 152 fogos em regime de habitação acessível com a presença do ministro das

*Infraestruturas e Habitação Miguel Pinto Luz, “o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, já pediu ao Governo para serem transferidos para a autarquia alguns edifícios como o antigo edifício do Conselho de Ministros, que está previsto de ser alienado em hasta pública e que poderá ou não ser usado para habitação. O Presidente da CML quer usar aquele tipo de edifícios para habitação pública, nomeadamente para os jovens.”*<sup>6</sup> -----

*----- Por estas razões, a Assembleia de Freguesia de Alvalade deve solicitar informação detalhada sobre os planos para o edifício da DGEstE, na Praça de Alvalade, 12, 13, deve pronunciar-se de forma firme contra a alienação deste edifício, apelar à sua atribuição à Câmara Municipal de Lisboa de forma a aumentar o parque público de habitação a custos controlados e a valores acessíveis na freguesia - defendendo assim que qualquer projeto ali desenvolvido respeite o interesse público local, garantindo habitação verdadeiramente acessível ou residência pública universitária e equipamentos comunitários para quem vive e trabalha na freguesia. -----*

*----- Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o LIVRE propõe à Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida a 17 de Dezembro de 2025, que delibere: -----*

*----- 1. Manifestar o seu desacordo com a política de alienação de imóveis públicos levada a cabo pelo Governo, solicitando a suspensão de quaisquer operações de venda ou concessão que envolvam património localizado em Lisboa e, em particular, na freguesia de Alvalade. -----*

*----- 2. Solicitar ao Governo informação detalhada sobre os planos para o edifício da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) na Praça de Alvalade, 12, 13, localizado na freguesia de Alvalade. -----*

*----- 3. Pronunciar-se contra a alienação do edifício da DGEstE na Praça de Alvalade, 12, 13, e apelar à negociação pela Câmara Municipal de Lisboa para a transferência da propriedade deste edifício para a autarquia, por forma a aumentar o parque público de habitação a custos controlados e a preços acessíveis ao rendimento da população da freguesia. -----*

*----- 4. Reafirmar a importância do edifício da DGEstE na Praça de Alvalade como de especial importância para a freguesia, que importa requalificar e reconverter, devendo qualquer projeto ali desenvolvido respeitar o interesse público local, garantindo habitação pública a custos controlados e a valores acessíveis ou residência pública universitária e equipamentos comunitários para quem vive e trabalha na freguesia. -----*

*----- 5. Enviar a presente moção ao Primeiro-Ministro, ao Ministro das Infraestruturas e Habitação, ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia Municipal de Lisboa e às forças políticas representadas na Assembleia da República. -----*

*----- 6. Enviar a presente Moção à Rede H; Associação de Inquilinos Lisbonenses; Habita! – Associação pelo direito à habitação e à cidade; 1º Esquerdo; Porta a Porta; Stop despejos; Movimento Morar em Lisboa; APPA - Associação do Património e da População de Alfama; Associação Renovar a Mouraria; Movimento Referendo pela Habitação; Plataforma Casa para Viver e as todas as associações e grupos de moradores da Freguesia de Alvalade. -----*

*----- Alvalade, 17 de Dezembro de 2025-----*

*----- O eleito do LIVRE na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Francisco Costa ----- ”*

*----- Continuando, disse que o Governo decidiu através de uma resolução do Conselho de Ministros alienar património do Estado com a intenção de financiar operações de habitação e muitos desses imóveis tinham potencial habitacional, podiam ser convertidos em habitação. Criou o conceito de renda moderada e que na verdade não era, vivia-se uma crise de habitação em Lisboa, em que por dados do Eurostat uma*

renda média na cidade já custava 116% do salário, o salário médio na cidade não conseguia pagar sozinho uma casa na cidade. -----

----- O conceito de renda moderada não servia para esses programas, a renda tinha que ser acessível e quando o governo criava esse programa para vender património que podia ser habitação a privados para integrarem em programas de renda moderada e que não era acessível tinham um problema grave e estavam a agravar o problema, não a resolver.-----

----- Portanto, a moção ia no sentido de propor uma alternativa. Na Freguesia de Alvalade existia um edifício da Dgest e consideravam que ele devia ser, a exemplo do que já foi feito na Freguesia de Alvalade no mandato 2017-2021, em que a Câmara Municipal comprou edifícios à Segurança Social que eram do Estado Central e converteu-os, sendo atualmente edifícios onde moravam famílias de vizinhos. Isso não era novo, não precisavam de inventar a roda e podiam usar esse património para habitação acessível. -----

----- Aquilo que faziam, até à boleia daquilo que foi anunciado no dia anterior para a Comissão Europeia e tinha um crachá como membro dos autarcas locais do Partido Verde Europeu, foi aprovado na União Europeia o maior pacote de habitação de sempre pelo novo comissário da habitação e haveria verbas como houve de PRR só para resolver o problema da habitação nas cidades europeias. Podiam então aplicar esse dinheiro a reabilitar o património do Estado para aumentar o parque de habitação pública na cidade. -----

----- Para terminar essa apresentação não podia deixar de citar o próprio Presidente da Câmara, de durante muito tempo não se pronunciou sobre essas alienações e na passada segunda-feira, quando entregou 152 novas chaves programadas e deixadas com empreitada pronta no mandato de 2017-2021, anunciou que queria comprar ao Governo parte desses edifícios. Portanto, até o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa já concordava que era preciso esses edifícios irem para a esfera da Câmara e serem convertidos em habitação acessível, nesse caso para jovens. Não pensava citar Carlos Moedas na primeira intervenção e concordar com ele, mas ali estavam. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Paula Borges. -----

----- **Membro Paula Borges (PS)** disse que relativamente às duas moções que foram apresentadas para a utilização dos edifícios em Alvalade sob a esfera do Estado, isso não era um assunto que devesse ser tratado na Junta de Freguesia porque não tinha esse tipo de competências. Isso devia estar integrado no programa nacional de promoção da habitação social e a custos moderados, como sempre houve. Algumas décadas atrás as pessoas não se queixavam desse forma da falta de habitação, era possível um jovem de família comprar uma casa. Esse assunto tinha que partir do Governo e de quem estava na Assembleia da República. -----

----- No que dizia respeito à Câmara Municipal de Lisboa, esse assunto também já foi levado à Assembleia e não houve grande desenvolvimento, não seria a Junta de Freguesia, que não tinha capacidade de recursos humanos e financeiros, que iria tratar desse assunto, que era um assunto válido, até porque tinham uma enorme comunidade de estudantes que estavam deslocados e uma das questões que referiam com alguma frequência era não encontrarem alojamentos. Havia inclusive estudantes do ensino superior que estavam a abandonar os seus estudos precisamente por causa dos custos com residências. Esse assunto devia ser levado de facto à Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ricardo Varela. -----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que causava alguma estranheza a última intervenção por parte do PS. Isso era um debate antigo no contexto das Assembleias de

Freguesia, o que era tema para a Freguesia ou não, volta e meia ele aparecia. Achava com alguma estranheza porque na verdade quem viveu em Alvalade sabia qual era a carência habitacional que tinham, sabia quanto era o valor médio de uma renda de casa e, portanto, existindo aí uma oportunidade de haver um projeto com rendas a custos acessíveis e perderem era um desperdício imenso e incompreensível, a Junta de Freguesia que era o órgão mais próximo da população e representativo não se pronunciar sobre um edifício e uma possibilidade de aumentar a oferta das bolsas de arrendamento.-----

----- Tinha nascido e crescido na Freguesia e eram muitos os da sua geração que tiveram necessidade de sair de Alvalade porque não encontraram uma casa para ali viver.-----

----- Era uma responsabilidade que tinham enquanto eleitos, fazer valer essa intervenção para que não se perdesse uma oportunidade naquilo que era a oferta de habitação acessível também na Freguesia. Não era no imediato, não era ali que iam conseguir, mas se todos remassem para o mesmo lado seria mais fácil. Como se costumava dizer, "quando não se luta não se ganha, quando se luta, umas vezes ganha-se outras vezes perde-se".-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Moção “Aumentar a oferta de habitação acessível na freguesia de Alvalade”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS, CDU, BE, Livre e PAN) e 10 abstenções (PSD, CDS-PP e IL)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Moção “Pela defesa do património público e da habitação a valores acessíveis à população de Alvalade”**, apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 6 votos a favor (CDU, BE, Livre, PAN e 1PS) e 13 abstenções (PSD, 3PS, CDS-PP e IL) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que queria só deixar um desafio aos estudantes e aos professores que estavam ali a assistir, porque gostava de receber depois um feedback. Se fossem discutir sobre isso havia todo o interesse em perceber como visionaram a participação ali, até para poderem melhorar e aumentar a participação.-----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

-----**Recomendação**-----

“-----*É urgente mais segurança rodoviária*-----

----- *Sim, Alvalade é perigoso. O risco de sermos atropelados, de termos acidentes rodoviários graves, nas nossas ruas e avenidas, que se tornaram vias rápidas, continua a aumentar. Todos os dias há riscos de acidentes mortais, e isso não é uma inevitabilidade.*-----

----- *Não nos podemos conformar com as restrições, ditas técnicas, que impedem que sejam tomadas medidas efectivas que aumentem a segurança das nossas ruas e avenidas. Se for preciso colocar lombas nas artérias principais para salvar vidas, então é preciso avançar nesse sentido e desbloquear normas que privilegiam o fluxo de trânsito à custa da segurança e conforto dos peões.*-----

----- *Os pontos mais perigosos da freguesia, têm de ter uma intervenção urgente e específica. Iremos colocar uma zona perigosa em cada assembleia de freguesia, para dar foco a zonas que, algumas há décadas, são focos de insegurança rodoviária.*-----

----- *O cruzamento em frente ao Júlio de Matos tem uma configuração antiga, que só privilegia o fluxo automóvel, e coloca o peão numa posição secundária, com*

*passadeiras compridas com o sinal amarelo intermitente para os automóveis, além de obrigar a quem vem ou vai para o centro hospitalar a passar sempre por duas passadeiras, com semáforos não sincronizados, o que obriga muitas pessoas a esperar muito tempo. Isto numa zona com muitos peões, e com população vulnerável. Além disso, é frequente os automóveis não respeitarem a sinalização luminosa ou as prioridades. -----*

*----- É necessário optar. Queremos continuar a gerir o trânsito da forma actual, com soluções mínimas para tentar mitigar os problemas, aceitando os riscos que decorrem deste modelo, incluindo vítimas mortais? Ou queremos alterar o modelo viário para termos mais segurança rodoviária e melhor usufruto do espaço público, invertendo a pirâmide da mobilidade para, finalmente, dar prioridade ao peão? É urgente fazer esta escolha. -----*

*----- Por tudo isto, a Assembleia de Freguesia de Alvalade delibera: -----*

*----- 1. Recomendar à Junta de freguesia que, juntamente com a câmara municipal promova a realização de uma análise técnica, com vista a uma reformulação urgente do cruzamento em frente à entrada do Hospital Júlio de Matos para aumentar a segurança dos peões, avaliando para esse efeito: -----*

*----- a) Eliminar situações de passadeiras verdes para os peões com sinal amarelo para os veículos;-----*

*----- b) garantir que o atravessamento para os peões possa realizar-se em apenas um movimento e que não tenham de ficar numa ilha no meio da rua; -----*

*----- c) instalar dispositivos de controlo de velocidade e ultrapassagem de sinais vermelhos;-----*

*----- d) reconfigurar a ciclovia actualmente existente no passeio para diminuir o conflito com os peões. -----*

*----- 2. Recomendar ainda, a avaliação da introdução de medidas imediatas de mitigação da insegurança, enquanto o ponto 1 não estiver implementado: -----*

*----- a) Colocação de lombas nas faixas de rodagem para redução de velocidade; -----*

*----- b) Limite de velocidade de 30 Km/h; -----*

*----- c) Pintura das passadeiras e colocação de refletores.-----*

*----- Mais se delibera enviar esta Recomendação a todos os partidos representados na Câmara Municipal de Lisboa e Assembleia Municipal.-----*

*----- Alvalade, 17 de Dezembro de 2025-----*

*----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Ricardo Varela e Frederico Lira----- ”*

*----- Continuanado, disse que esse cruzamento já tinha sido alvo de trabalho até pela Esquadra do Campo Grande. Talvez não fosse tão difícil começar por aí. -----*

*----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Francisco da Costa.*

*----- **Membro Francisco da Costa (Livre)** apresentou o seguinte documento:-----*

*-----**Moção** -----*

*“----- Por maior segurança rodoviária no eixo Avenida dos Estados Unidos da América e Avenida das Forças Armadas -----*

*-----A sinistralidade rodoviária continua a causar um número inaceitável de mortes e feridos graves em Lisboa – o concelho em Portugal com mais sinistros rodoviários e mortes por atropelamento em passadeiras nos últimos 4 anos<sup>1</sup>, de acordo com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR). Especificamente em Alvalade, segundo os dados da ANSR a que o LiVRE teve acesso, num período de 18 meses, entre Janeiro de 2023 e Julho de 2024, houve 107 peões atropelados em resultado de sinistros rodoviários, e mais de 60 pessoas foram atropeladas na passadeira. -----*



----- Estão na nossa memória os sinistros mortais de dois cidadãos no verão de 2024, em menos de um mês, no eixo Avenida dos Estados Unidos da América / Avenida das Forças Armadas. A segunda vítima tinha 21 anos e atravessava no sinal verde a passadeira do cruzamento da Avenida dos Estados Unidos da América com a Avenida do Rio de Janeiro, conhecida como “passadeira mortífera”, citando a expressão utilizada sobre esta mesma passadeira em notícias do jornal Público de 1999. -----

----- Câmara Municipal de Lisboa, a partir do início de 2024, procedeu a alterações neste eixo: -----

----- alterou o cruzamento no sentido descendente da Avenida dos Estados Unidos da América, junto à chamada “passadeira mortífera”, separando com pinos as duas vias que permitem viragem à esquerda para a Avenida do Rio de Janeiro das outras duas vias; -----

----- Ao longo de todo o eixo Avenida dos Estados Unidos da América / Avenida das Forças Armadas algumas passadeiras foram pintadas de vermelho e foi introduzida sinalética horizontal e vertical com a informação de que o limite de velocidade neste eixo passava a 40 km/h. -----

----- No entanto, consideramos que estas medidas são insuficientes. Não só a tinta já desbotou na maior parte dos casos como os dados comprovam que estas medidas não dissuadiram a circulação de carros em excesso de velocidade, mesmo com o sinal verde para peões. -----

No cruzamento da Avenida das Forças Armadas com a Avenida 5 de Outubro foram recolhidos dados por um sensor Telraam (um dispositivo utilizado em vários municípios europeus para monitorização do tráfego), entre janeiro e junho de 2025. Esses dados mostram que, ao longo desse período, tivemos mais de um milhão de carros a passar acima do limite de velocidade (40 km/h). Acima de 70 km/h – velocidade à qual nenhuma vítima de atropelamento sobrevive, segundo dados da OMS – registaram-se 53.769 automóveis. -----

----- No pior dia (20 de janeiro de 2025), foi registado um automóvel em circulação a esta velocidade a cada 19 segundos. Os dados são públicos e podem ser consultados em <https://tinyurl.com/2wedsd9e>. Em conclusão, as medidas aplicadas pela Câmara Municipal de Lisboa não são suficientes para colocar nem os peões nem os condutores em segurança. -----

----- Não é aceitável que em Alvalade, no centro de uma capital europeia do Séc. XXI, qualquer pai ou mãe, saia de casa com medo de atravessar a rua na passadeira à porta de casa com os filhos pela mão. -----

----- Não é aceitável que um casal de idosos, tenham sido colhidos na passagem de peões da Avenida Estados Unidos da América em frente ao Pingo Doce, quando já estavam mesmo a chegar ao passeio oposto e enviados ambos em estado grave para o hospital. -----

----- A prevenção é a chave para protegermos vidas. Em Alvalade é urgente implementar a proposta aprovada na 189ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Lisboa, a 18 de Dezembro de 2024, por iniciativa do LIVRE para atingir Zero Mortes nas Ruas de Lisboa. -----

----- Recordamos também as recomendações que emanaram de um relatório da 8ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa sobre a petição nº 1/2024, que chegou a reunir 2.883 assinaturas. -----

----- Essas recomendações, que foram votadas favoravelmente por todos os deputados municipais, com a exceção dos deputados do Chega, exigiam medidas mais ambiciosas no que concerne à segurança rodoviária e pedonal na zona de Entrecampos, com particular enfoque no eixo viário já referido. Face aos dados que

*comprovam a ineficácia das medidas por ora implementadas é urgente concretizar o que foi deliberado pela esmagadora maioria da Assembleia Municipal e pedido por um número significativo de munícipes e fregueses. -----*

*----- Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o LIVRE propõe à Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida a 17 de Dezembro de 2025, que delibere: -----*

*----- 1. Estabelecer como meta deste mandato zero mortes nas ruas e avenidas da freguesia de Alvalade, encetando um plano fiável e ambicioso de segurança rodoviária e pedonal, à semelhança do que foi feito noutras capitais europeias, e que sirva de exemplo na nossa cidade e no nosso país. -----*

*----- 2. Questionar a Direcção Municipal de Mobilidade (DMM) sobre a implementação de medidas de segurança rodoviária e pedonal na freguesia e acompanhar o seu desenvolvimento em diálogo com a comunidade, nomeadamente dos radares prometidos para o primeiro semestre de 2025 pelo actual Director Municipal da Mobilidade e pelo anterior Vice-Presidente com o Pelouro da Mobilidade, que continuam ainda por instalar. -----*

*----- 3. Iniciar uma campanha de recolha de dados de tráfego nas zonas críticas da Freguesia, em colaboração com institutos de investigação universitária e técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, e publicar esses mesmos dados de forma acessível a todos os cidadãos, numa lógica de accountability e transparência. -----*

*----- 4. Instar o executivo da Câmara Municipal de Lisboa e a Direcção Municipal de Mobilidade a implementar as medidas emanadas do relatório da 8ª Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa sobre a petição nº 1/ 2024, a saber, sobre a: -----*

*----- «1) implementação de medidas de redução de velocidade rodoviária no eixo Avenida Forças Armadas – Avenida Estados Unidos da América e zona de Entrecampos, nomeadamente: a. A instalação de medidas de acalmia de tráfego na faixa de rodagem deste eixo, nomeadamente lombas, Almofadas de Berlim e/ou passadeiras sobreelevadas para moderar a velocidade dos automóveis; [...]» -----*

*----- «2) garanta as condições de mobilidade e acessibilidade pedonal, nomeadamente:*

*----- a. A conclusão do projetado atravessamento pedonal na Avenida das Forças Armadas junto à Rua Lyon de Castro e avalie a implementação de outras zonas de atravessamento pedonal; -----*

*----- b. A otimização dos tempos de verde dos atravessamentos pedonais para maximizar a possibilidade do atravessamento da avenida numa só passagem e que não obrigue a esperar no separador central; -----*

*----- c. Estude a possibilidade de criação de passeios contínuos nos cruzamentos com as vias transversais de nível hierárquico inferior, como é o caso da Rua Francisco Lyon de Castro ou da Rua Helena Félix / Rua Sanches Coelho, entre outras. -----*

*----- d. Prevendo, onde for possível, o aumento da largura útil dos passeios e a criação de percursos pedonais acessíveis com pavimento confortável, nomeadamente através da remoção de obstáculos físicos e visuais, para fazer face aos elevados fluxos pedonais que se registam, em especial entre a estação de Metro na Praça de Entrecampos e o ISCTE, de modo a evitar que os peões circulem na faixa de rodagem. -----*

*----- 3) Potencie as condições de mobilidade e acessibilidade ciclável neste eixo [...] ---*

*----- 4) Garanta a prioridade aos transportes públicos e veículos de emergência neste eixo, nomeadamente através da criação de um corredor Bus. -----*

*----- 5) Estude o reperfilamento e redesenho do eixo, nomeadamente da Avenida das Forças Armadas, para que o perfil e vivência desta avenida seja condicente com uma rua humanizada, nomeadamente ponderando a redução da faixa de rodagem para automóveis, o aumento do espaço pedonal e das zonas de atravessamento, estudando o*

*reforço da arborização do eixo, nomeadamente entre Entrecampos e a Avenida 5 de Outubro onde hoje não existe vegetação.»-----*

*----- 5. Enviar esta moção reafirmando o compromisso da freguesia de Alvalade com a Segurança Rodoviária:-----*

*----- a. À Câmara Municipal de Lisboa; -----*

*----- b. À Assembleia Municipal e em especial à 5ª Comissão Permanente da de Mobilidade e Transportes;-----*

*----- c. À Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária; -----*

*----- d. Ao Instituto de Mobilidade e Transportes -----*

*----- e. À Direção Nacional e ao Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública, e em especial à sua divisão de Trânsito;-----*

*----- f. Às Direções Municipais e todos serviços e divisões da Proteção Civil, Mobilidade, Urbanismo, Espaço Público, Polícia Municipal e Centro de Gestão Inteligente de Lisboa; -----*

*----- g. Às associações que lutam por mais segurança rodoviária e melhor acessibilidade no espaço público da cidade de Lisboa e em Portugal, nomeadamente à Estrada Viva, à ACA-M - Associação de Cidadãos Auto-Mobilizados, à MUBi – Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta e à Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta. -----*

*----- Alvalade, 17 de Dezembro de 2025-----*

*----- O eleito do LIVRE na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Francisco Costa ----- ”*

*----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “É urgente mais segurança rodoviária”,** apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** -----*

*----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----*

*----- Submeteu à votação a **Moção “Por maior segurança rodoviária no eixo Avenida dos Estados Unidos da América e Avenida das Forças Armadas”,** apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria,** com 7 votos a favor (CDS-PP, CDU, Livre, BE e PAN) e 12 abstenções (PS, PSD e IL)-----*

*----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----*

*----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Gustavo Gouveia. --*

*----- **Membro Gustavo Gouveia (PS)** fez a seguinte declaração de voto:-----*

*----- “Bom, com o agradecimento ao Senhor Presidente da Assembleia, de quem recebo a palavra, Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta, Membros do Executivo, Vogais, muito público presente. Eu não há muitos anos estava aí e estava cheio de vontade de saltar para aqui para a frente, portanto espero que daqui a alguns anos poder ver a vocês deste lado aqui também defender os interesses da Freguesia e dos cidadãos.-----*

*----- Quando se diz que ninguém sobrevive a um atropelamento a 70 km hora, eu sobrevivi a um atropelamento a 70 km hora no Campo Grande há mais de 20 anos, já fui atropelado mais vezes na Freguesia e sou um campeão do assunto. Foi, obviamente, uma situação muito delicada e que me moveu muito para a causa da segurança rodoviária. Por essa razão dou-lhe demasiada importância para a ver jogada nos bastidores da cena política de quem quer ter sempre a palavra mesmo quando não acrescenta muito. -----*

*----- Fui também um dos mentores de uma das petições entregues na Assembleia Municipal que pede segurança no eixo da passadeira mortífera e ainda antes de ter sido votada e apreciada na Assembleia Municipal vi a ação do Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade. Não só procedeu à pintura das passadeiras vermelhas, mas*

*também colocou os separadores que delimitam a velocidade e que obrigam a quem vai virar à direita ter de reduzir a marcha uns quantos metros à frente. E isto é fundamental porque todo o trânsito daquela zona muda.*-----

----- *Não cabe a mim fazer a defesa do Executivo, mas tenho de reconhecer quando o trabalho é bem feito. Quer isto dizer que está tudo feito? Claro que não. Há muito mais para fazer e uma moção que tem em conta todas as necessidades de segurança rodoviária na Junta de Freguesia é obviamente do agrado de todos os presentes. Toda a gente aqui quer mais segurança em todas as áreas e conhece os dados estatísticos, sabe que a Avenida do Brasil há uns anos atrás era a rua da Cidade de Lisboa com mais atropelamentos mortais.*-----

----- *No entanto, é preciso verificar que nunca me tinha acontecido e já fui Vogal durante quatro anos numa outra Assembleia de Freguesia, do Campo Grande, nunca tinha visto duas moções deliberarem exatamente sobre o mesmo assunto para a mesma Assembleia e aqui aconteceu duas vezes. E é esta a justificação pela qual o Partido Socialista se absteve nas duas moções em causa.*”-----

----- **Bancada do CDS-PP** apresentou posteriormente a seguinte declaração de voto por escrito:-----

----- *“Moção: “Por maior segurança rodoviária no eixo Avenida dos Estados Unidos da América e Avenida das Forças Armadas”*-----

----- *O CDS votou favoravelmente a presente moção por uma razão simples e inequívoca: a segurança de peões, condutores e moradores deve estar sempre acima de qualquer divergência política ou partidária. As mortes e atropelamentos ocorridos neste eixo viário, amplamente descritos na moção, impõem uma resposta séria, responsável e célere por parte das entidades competentes.*-----

----- *Este voto favorável não significa, contudo, concordância do CDS com os pressupostos ideológicos, nem com a abordagem política que o LIVRE sistematicamente defende em matéria de mobilidade urbana.*-----

----- *O CDS discorda de uma visão que tende a demonizar o automóvel, a promover soluções uniformes e restritivas e a avançar com alterações profundas ao espaço público sem uma avaliação rigorosa do impacto na mobilidade geral, na economia local e na vida quotidiana de quem trabalha, vive e circula em Alvalade.*-----

----- *Importa também sublinhar que várias das medidas propostas extravasam claramente as competências da Junta de Freguesia, sendo da exclusiva responsabilidade da Câmara de Lisboa e de entidades nacionais. O CDS entende que a Assembleia de Freguesia deve agir com sentido institucional, evitando criar expectativas junto da população que não podem ser concretizadas ao nível local.*-----

----- *O nosso voto favorável assenta, portanto, num princípio de responsabilidade e de solidariedade com as vítimas e com os moradores, e não numa adesão ao modelo de cidade que o LIVRE preconiza. O CDS defende uma política de segurança rodoviária baseada em dados técnicos, fiscalização eficaz, engenharia de tráfego ajustada a cada local e respeito pelo equilíbrio entre todos os modos de mobilidade, sem radicalismos nem soluções ideologicamente orientadas.*-----

----- *Por estas razões, votámos a favor da moção, reafirmando simultaneamente a nossa posição política autónoma, distinta e claramente alternativa à visão do LIVRE para a mobilidade e para o espaço público em Alvalade.*-----

----- *Os Eleitos do CDS PP à Assembleia de freguesia de Alvalade*”-----

----- *O Senhor Presidente da Assembleia verificou não haver mais intervenções e deu por encerrado este Ponto, abrindo de seguida o*-----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 314/2025, relativa à alteração do Regulamento da Orgânica da Junta de Freguesia de Alvalade;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa alteração da orgânica, já que tinham ali alguns alunos era importante fazer essa explicação, não só para os Vogais da Assembleia de Freguesia. -----

----- Esse instrumento que era o regulamento da orgânica e a própria orgânica definia o funcionamento da Junta de Freguesia, como era que estavam distribuídos os trabalhadores da mesma. Encontraram uma Junta organizada, mas achavam que tinham que dar um passo em frente e também com o acréscimo de responsabilidades que iam tendo ao longo dos anos fazia sentido fazer essa reorganização dos serviços da Junta de Freguesia. -----

----- Como os Senhores Vogais sabiam, tinham duas divisões, uma administrativa que dava mais suporte interno à Junta de Freguesia, e outra divisão para o espaço público, equipamentos, espaços verdes, ficando de fora a higiene urbana e os restantes serviços da Junta de Freguesia, tal como a educação, o desporto, a economia e a inovação, a cultura e os direitos sociais. Nesse sentido, acharam que fazia todo o sentido criar uma divisão de intervenção local, ou seja, criar uma nova divisão para colocar os serviços que não tinham responsável hierárquico e que respondiam diretamente aos Vogais.-----

----- Isso ia permitir uma maior agilidade dos serviços, pois haveria um responsável técnico desses mesmos serviços, serviços esses que tinham interação com a comunidade, fosse com escolas, com clubes desportivos, associações culturais e outras coletividades que estavam na Freguesia e que muitas vezes teriam que falar com vários serviços e com vários Vogais. Assim tinham interlocutor único que ia permitir mais agilidade, evitar apoios em duplicado quando podia haver algumas sinergias na realização de algumas atividades. Portanto, essa reorganização ia no sentido de maior eficiência, de maior agilidade e de melhor resposta às coletividades, associações e à comunidade no geral. -----

----- Tinha também um segundo propósito, que era o de valorizar os recursos humanos internos. Essa divisão teria uma chefia de divisão e, portanto, os trabalhadores que estavam nos serviços da Junta de Freguesia tinham a possibilidade de concorrer. Isso seria um concurso, mas tinham essa possibilidade de concorrer e também havia nesse ponto, a valorização dos recursos humanos, essa perspetiva de valorização das suas carreiras e isso também era uma importância que davam na gestão diária dos recursos humanos. Portanto, era também uma forma de reconhecer o trabalho que os serviços tinham feito ao longo dos anos e que, dessa forma, também aproveitavam para agradecer. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que, em relação a esse ponto, parecia exatamente igual ao que apresentaram quando a reunião do direito da oposição, a menos que tivesse escapado alguma coisa, mas não detetaram nada de diferente. Para uma próxima oportunidade também sugeriam que fosse apresentada a orgânica anterior, para ser mais fácil de comparar, principalmente para quem não a conhecia. Também se podia ir ao website, como era óbvio, às vezes aquele website continuava... funcionava bem, mas não ia falar sobre o website e o dinheiro que foi gasto com o website. -----

----- Obviamente, como foi realçado pelo Presidente da Junta, viam com bons olhos a valorização dos trabalhadores, o poder haver uma progressão e haver carreiras que fossem mais atraentes. Tinham alguma preocupação, como todos, nas implicações para o Orçamento que pudessem existir, mas umas seguramente superiores às outras. -----

----- Uma ou duas coisas mais que gostariam de lançar. Também não existia no passado, mas saber se ponderaram a possibilidade de uma divisão para a higiene urbana, uma vez que era realmente aquela área que provavelmente teria o maior número de trabalhadores. Utilizavam a maior parte dos recursos no dia-a-dia de manutenção e outros a cargo da Junta e, portanto, se pensaram nisso, até porque mesmo considerando as questões da progressão, etc., porque já tinham também uma pessoa responsável por essa área e, portanto, poderia ser também uma valorização direta nesse caso. -----

----- Havia outras questões que podiam ser colocadas ou não, como o alinhamento entre a estrutura proposta e os Vogais. Isso raramente acontecia, mas poderia ser também e em alguns outros sítios acontecia, mas em Portugal não tinha conhecimento muito desse alinhamento direto. -----

----- Como sabiam, não estavam no Executivo e, portanto, essa seria uma uma orgânica que teria de ser liderada pelo próprio Executivo e, como também toda a gente sabia, a CDU não tinha por prática obstaculizar o que os Executivos pretendiam fazer, desde que não fosse de cariz ideologicamente que considerassem errado ou ilegal, obviamente. ----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 314/2025, relativa à alteração do Regulamento da Orgânica da Junta de Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP e IL) e 5 abstenções (CDU, Livre, BE e PAN). -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 2 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 315/2025, relativa aos documentos previsionais da Freguesia para 2026 (1. Grandes Opções do Plano; 2. Mapa de Pessoal; 3. Plano Plurianual de Investimentos; 4. Resumo do Orçamento; 5. Orçamento da Receita; 6. Orçamento da Despesa; 7. Autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais);** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que certamente já tiveram oportunidade de ler a informação que lhes foi passada. -----

----- Era um Orçamento construído com base naquilo que tinham possibilidade. Conforme tivera oportunidade de partilhar com os vários partidos no âmbito do direito de oposição, o Orçamento da Junta era entre 45 a 50% em custos com pessoal, estava alocada essa rubrica porque eram os funcionários da Junta de Freguesia que prestavam os serviços adstritos às competências da autarquia.-----

----- Os restantes 40 a 45% eram para alocar a bens e serviços que decorriam dessas obrigações e competências próprias que a Junta de Freguesia tinha. Depois sobrava cerca de 10% para fazer algum projeto um pouco fora da gestão corrente da Junta de Freguesia. -----

----- As ideias estavam explanadas no Plano de Atividades, não só para o próximo ano, mas para o mandato, visto que era a primeira Assembleia de Freguesia do mandato e o primeiro Orçamento que estavam a discutir. Os grandes objetivos para o próximo ano passavam por terminar os projetos que tinham no âmbito do contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa, nomeadamente poderem terminar a obra da Avenida de Roma, iniciar o projeto do Parque José Gomes Ferreira. Com isso concluir o contrato de delegação de competências, para além daquilo que já estava em execução, nomeadamente o edifício dos Coruchéus e também os projetos na área da educação nas escolas, como a robótica e a área das ciências. -----

----- No âmbito da higiene urbana tinham a pretensão e estava a decorrer um concurso, em janeiro eram as últimas provas, para a admissão de mais funcionários para a higiene urbana e preenchendo os lugares do quadro de pessoal. -----

----- Iriam fazer muita força para ter a obra estrutural do mandato, que era a renovação do Mercado de Alvalade. A obra estrutural do mandato anterior foi a construção do parque de estacionamento ao lado do mercado e agora precisavam que o Mercado de Alvalade fosse renovado e tinham essa pretensão no Plano de Atividades. -----

----- Na área dos direitos sociais, continuar a alocar recursos suficientes para o trabalho que a equipa da Junta fazia e bem todos os dias na rua por aqueles que mais precisavam, fosse no âmbito da comissão social de Freguesia ou de outros projetos que a Junta de Freguesia estava incluída e tinha vindo a desenvolver. -----

----- Destacava o projeto Radar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e com outras entidades que operavam no Concelho de Lisboa e também na Freguesia, que dava um apoio fundamental a 2745 idosos que tinham necessidades de acompanhamento mais próximo, fosse por dificuldades económicas, por doença mental ou questões de insalubridade. Esse projeto tinha sido muito acompanhado pelas equipas dos direitos sociais. -----

----- Um projeto que voltaram a colocar à disposição dos fregueses mais idosos tinha a ver com as pequenas reparações para pessoas que não tinham capacidade económica, ou que tinham uma certa idade e já não conseguiam fazer esses pequenos trabalhos de construção civil, fossem pequenas adaptações em casa, fossem situações identificadas no projeto Radar como, por exemplo, fugas de gás. -----

----- Nas áreas educativa, deportiva e cultural tinham um posicionamento bastante claro, trabalhar com as associações e entidades que estavam sediadas na Freguesia e que já faziam um trabalho bastante positivo nessas áreas, potenciar as atividades dessas associações para que pudessem cada vez mais melhorar os seus programas e ter uma oferta de cada vez mais qualidade aos jovens da Freguesia e aos menos jovens no âmbito cultural. -----

----- Tinham desenvolvido algumas atividades próprias, mas o objetivo maior era capacitar as entidades, porque eram elas que tinham o know-how e que iam fazendo esse trabalho ao longo dos anos. -----

----- Trabalhar a proximidade que a Vogal Ana Rita tinha com as escolas, com os agrupamentos de escolas e os coordenadores de cada uma das escolas. Uma proximidade que tinha permitido resolver pequenos problemas que de outra forma iriam tornar-se grandes problemas. Tentavam manter essa grande proximidade com todas as entidades escolares, fossem os coordenadores de escolas ou as associações de pais, faziam um trabalho positivo com a ajuda dessas entidades. -----

----- Os principais compromissos que definiram na campanha eleitoral e também algumas ideias que foram sugeridas pelos partidos políticos aquando do direito de oposição, também da leitura que foram fazendo dos programas eleitorais, diria que a Freguesia era só uma, os problemas estavam identificados. Tinham a sorte de estar numa Freguesia sem grandes problemas estruturais e, portanto, a vida da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia estava nesse âmbito quando comparativamente a outras Freguesias da Cidade de Lisboa de certa forma mais facilitada. Havia alguns desafios que teriam de corrigir. -----

----- Por vezes o que diferia a abordagem era a forma como iam resolver os problemas, mas na maioria das vezes os partidos com assento na Assembleia de Freguesia estavam de acordo. -----

----- Queriam nesse mandato fazer pequenas obras no espaço público que permitissem nos sítios de prédios com menos estacionamento criar mais estacionamento sem desorganizar o espaço público, reorganizando de outra forma. -----

----- Reforçar o número de trabalhadores na higiene urbana. Solicitar ao Município de Lisboa uma maior fiscalização na área da higiene urbana, porque sentiam um maior incumprimento das regras de boa vivência, nomeadamente na área do lixo. Tentariam que a Câmara fizesse mais fiscalização, porque isso também ia ajudar os trabalhadores da Junta que todos os dias andavam na rua e faziam um trabalho incansável, mas se não houvesse mais civismo por parte das pessoas eles não conseguiam chegar a todo o lado. Era humanamente impossível, mas tinha que mais uma vez reconhecer o trabalho fantástico nesses últimos anos, fosse na área da limpeza, fosse na área da deservagem e em todas as competências que estavam adstritas à área da higiene urbana. -----

----- Continuariam a apostar na segurança, a ter relações próximas com a 18ª Esquadra. Tinha sido um parceiro bastante positivo nesses últimos anos e também a Junta tinha correspondido sempre que possível, tentando ir ao encontro das solicitações da própria Polícia de Segurança Pública. Portanto, pretendiam manter e se possível até aumentar esse relacionamento. Quando as entidades trabalhavam em conjunto os problemas resolviam-se de forma mais fácil. -----

----- Haver um reforço da iluminação pública levaria mais segurança e tentariam também que a videoproteção fosse colocada no Campo Grande, como há anos estava planeado. Que o Município olhasse para essa área da cidade como uma área prioritária, principalmente porque estava muito próxima das universidades que tinham na Freguesia. -----

----- A segurança rodoviária e pedonal também era uma prioridade e não podia deixar de ser. Tentavam ir ao encontro e fez-se muita coisa nessa matéria, uma área que era competência da CML, mas iam alertando e estando disponíveis para implementar aquilo que a Câmara Municipal autorizava fazer no espaço público, nomeadamente nas faixas de rodagem. Fizeram isso com um CDC na Avenida Santa Joana Princesa e na Dom Rodrigo da Cunha, implementaram medidas de mitigação de velocidade. -----

----- A Câmara Municipal, dentro de algumas zonas do bairro, criou zonas 30 mais bici e colocação de almofadas de Berlim para mitigar a velocidade. Já foi dito que na Avenida dos Estados Unidos da América houve uma intervenção de mitigação de velocidades e ainda não estava tudo completo. Houve várias reuniões prévias da Junta de Freguesia com o Município, mas também da oitava comissão da Assembleia Municipal com visitas ao local com o diretor municipal de mobilidade. Os radares de velocidade já deviam estar instalados, o Município aguardava há muitos meses a aprovação da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária para esse efeito. Tinham vindo a fazer muito trabalho nessa área, não estava tudo feito, mas continuariam passo a passo a fazer aquilo que era necessário. -----

----- Na área dos direitos sociais havia uma aposta na Universidade Sénior, um trabalho que tinham vindo a tentar incrementar. Havia cerca de 380 seniores inscritos, mais de 30 atividades, queriam chegar a mais pessoas. Tinham uma população considerável acima dos 65 anos e pretendiam que essas pessoas pudessem participar. -----

----- Havia um objetivo para o ano 2027, começar a construir o novo posto de saúde no Mercado de Alvalade. O Vogal Manuel dos Santos estava a trabalhar nessa matéria com os Serviços Sociais da CML. Já havia um pré-acordo, mas antes de começarem as obras queriam ter um acordo firmado para que a gestão desse posto de saúde pudesse ser feita pelos Serviços Sociais da CML, que já tinham essa experiência e essa vocação para a gestão desse tipo de equipamentos. Portanto, se tinham alguém com esse know-how não



valia a pena estarem a gerir esse equipamento, faziam as obras e disponibilizavam a quem sabia fazer.-----

----- Na área do comércio local era fundamental a intervenção no mercado. A relação de proximidade que tinham mantido era para continuar com todos os agentes económicos sediados na Freguesia. -----

----- Na área da educação, para além da relação que já tinha falado com as várias escolas, havia vários programas nessa área, principalmente o Alvalade em Férias da Páscoa e do verão que queriam manter e até potenciar, um programa bastante positivo na Freguesia, continuando a atribuir bolsas universitárias em articulação com a Associação Académica da Universidade de Lisboa. Fazia todo o sentido ajudarem quem mais precisava nesse aspeto.-----

----- Na área do espaço público e dos espaços verdes continuar a valorizar, continuar a fazer o trabalho, a melhorar aquilo que ainda tinham para melhorar e potenciar e dar um melhor serviço a todos aqueles que viviam na Freguesia. -----

----- Sobre a autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais, essa autorização caducava sempre no final de cada mandato. No mandato anterior já tinham o valor máximo de 99 mil euros, que era um arredondamento de uma Lei que ainda estava em escudos. Entretanto a Assembleia da República alterou essa Lei alguns anos atrás e passou o valor para meio milhão de euros como máximo de aprovação de compromissos plurianuais. Era isso que apresentavam e era por isso que a Assembleia também tinha muitos pontos para serem discutidos, porque havia encargos plurianuais em propostas. Apesar de serem valores baixos tinham que ir à Assembleia porque o Executivo ainda não tinha essa atribuição para que pudesse realizar encargos plurianuais. Isso decorria da autorização da Assembleia de Freguesia.-----

----- Agradeceu aos partidos políticos no direito de oposição pela forma construtiva como sempre participavam. A discussão não acabava aí e continuariam certamente disponíveis para ouvir as propostas nos momentos que achassem fazer sentido.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Tesoureiro da Junta. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que não era possível na Junta de Freguesia de Alvalade nesse momento constituir uma chefia de divisão na higiene urbana porque seriam necessários dois técnicos superiores e só tinham um técnico superior. -----

----- Sobre o Orçamento, um primeiro enquadramento em relação aos documentos que foram enviados e às normas que tinham de cumprir. Os documentos da despesa e da receita, bem como o documento que ia para mais de um ano, eram regulados e cumpriam as normas de contabilidade orçamental, os seus conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais de uma entidade pública como a Freguesia, assegurando assim a comparabilidade quer com as respectivas demonstrações de períodos anteriores, com os Orçamentos anteriores, quer com as de outras entidades.

----- Esse Orçamento para 2026 na despesa e na receita, como puderam ver, totalizava um valor total de cerca de 8.121.528,29 euros. Esse era o Orçamento para 2026 da Junta de Freguesia e da Alvalade. -----

----- Como o Senhor Presidente da Junta já teve oportunidade de dizer, mas agora de uma forma ainda um pouco mais precisa, os recursos humanos representavam cerca de 46% do valor total desse Orçamento. Explicação essa que também já tivera oportunidade de dar nas conversas com os senhores, fosse à sua esquerda ou à sua direita.-----

----- O limite recomendado para o peso dos recursos humanos no Orçamento de uma Junta de Freguesia era cerca de 60%. Significava que o facto de terem 46%, até

comparativamente com grande parte das Juntas de Freguesia, os deixava confortáveis na gestão do Orçamento e no setor da despesa com os recursos humanos. -----

----- Na elaboração do Orçamento tiveram em conta uma inflação de 3%. Quando começaram a elaborar os documentos tiveram em conta essa percentagem de inflação. Os documentos começaram a ser elaborados em outubro e esse ano teve uma particularidade que se refletia no próprio Orçamento, que foi de simultaneamente estarem a trabalhar numa alteração da orgânica e o próprio Orçamento tinha que refletir. Tiveram que fazer um trabalho em paralelo, por um lado a alteração da orgânica e o Orçamento tinha que refletir essa orgânica. Isso explicava porque levaram ali primeiro o ponto da orgânica e depois os pontos financeiros. -----

----- Nesse ano tiveram um trabalho um pouco diferente e permitiu-lhes após quatro anos já de experiência sentirem-se mais confortáveis com o trabalhar esses documentos e com o incluir novas rubricas e tirar rubricas antigas dos documentos. Dessa vez fizeram esse trabalho de uma forma mais amíúde, mais frequente. -----

----- Esses documentos acompanhavam o novo organigrama que acabou de ser aprovado, tornando assim mais clara a interpretação e acompanhamento da execução orçamental que iriam ter pela frente, distinguindo claramente as diversas áreas de intervenção da Junta, bem como os custos de pessoal e a administração autárquica. -----

----- A redução na contratação de bens e serviços prevista nos documentos para 2026, bem como o valor das receitas, resultava essencialmente da execução do CDC com a Câmara Municipal de Lisboa face aos valores previstos nos anos anteriores, explicação que também tivera oportunidade de dar nos momentos do estatuto da oposição. -----

----- Os acréscimos nas transferências do Orçamento do Estado não cobriam de todo os aumentos salariais impostos. Eram eles o salário mínimo, o aumento geral e o SIADAP. Significava que havia uma despesa que incorporaram nos documentos de despesa, mas a Junta tinha capacidade financeira para assumir e albergar. -----

----- Dava nota de uma ligeira quebra de receita líquida relativa ao estacionamento do mercado, que nomeadamente o Senhor Presidente também teve oportunidade de explicar nas reuniões do estatuto da oposição. -----

----- Tiveram a inclusão de novas rubricas associadas às iniciativas mais relevantes, tornando assim mais transparente a sua leitura e acompanhamento. Em todos os pelouros e de uma forma transversal tinham encontrado um Orçamento há quatro anos que tinha rubricas mais genéricas, dentro de cada rubrica colocavam a despesa de vários itens, ou de vários eventos e iniciativas, agora corriam o risco de aumentar um pouco o documento em número de páginas, mas por cada evento em que a despesa era relevante fazia sentido dar destaque com uma rubrica nova e com o número do evento. -----

----- Consideravam que estavam a trabalhar por um lado com a maior transparência para quem lia e opinava sobre o Orçamento, nomeadamente a Assembleia de Freguesia, mas estavam também a facilitar o trabalho orçamental e de execução orçamental ao longo do ano, porque permitia ver onde estavam a investir mais dinheiro, onde teriam se calhar que ter mais atenção. -----

----- O Orçamento refletia a consolidação e o aprofundamento de projetos de continuidade do mandato anterior. -----

----- A valorização do capital humano, o reforço do quadro de pessoal sobretudo na higiene urbana e que explicaria na parte do Mapa de Pessoal. -----

----- O Orçamento também refletia a sustentabilidade ambiental através da gestão eficiente de água e energia. Recordava que nas reuniões do estatuto da oposição tiveram oportunidade de explicar os ganhos que foram tendo e que se refletiam no Orçamento nessas áreas, bem como os projetos educativos ambientais, assim como refletia também o peso da manutenção das infraestruturas e equipamentos. -----

----- Uma característica que poderia mostrar no Orçamento alguma fragilidade era a forte dependência do financiamento externo, como Junta de Freguesia a dependência que tinham daquilo que chegava da Câmara Municipal de Lisboa e do Orçamento de Estado para fazer face à despesa corrente. Se fizessem as contas, a responsabilidade e a complexidade da gestão financeira de uma Junta de Freguesia como Alvalade significava que por mês tinham uma despesa em média de transferências e pagamentos que andava na ordem dos 700 mil euros por mês. A gestão de tudo isso, fosse a gestão contabilística ou a gestão depois orçamental, fosse a gestão de quem decidia os investimentos, era relevante e além daquilo que chegava dessas entidades não tinham muitas outras alternativas para fazer face à despesa. -----

----- Faziam uma gestão financeira que considerava exigente e rigorosa, prudente, que estavam com esse documento a torná-la mais transparente e da parte do Executivo, à semelhança dos Orçamentos anteriores, pensavam que dessa forma conseguiam tornar essa fragilidade, de certa forma uma ameaça, num ponto forte. -----

----- Em relação ao Mapa de Pessoal, o que foi enviado não introduzia alterações significativas na sua estrutura global em relação a 2025. As principais alterações prendiam-se com a criação da divisão de intervenção local, que estava previsto o recrutamento de um chefe de divisão para a respetiva direção e esse chefe de divisão estava no Mapa de Pessoal. -----

----- Procedia-se igualmente à extinção do gabinete do cidadão enquanto estrutura autónoma, porque na nova orgânica as respetivas competências passavam a estar integradas na divisão administrativa, sob a designação de núcleo de atendimento e espaço cidadão, promovendo assim uma maior articulação funcional e a racionalização organizacional sem impacto no número global de trabalhadores. Estavam a falar de uma alteração que não significou mais nem menos trabalhadores do que aqueles que tinham em 2025 no Mapa de Pessoal. -----

----- Nas áreas da higiene urbana e da educação existiam no Mapa de Pessoal alguns lugares apresentados como vagos, que se encontravam assegurados por trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas a termo, garantindo assim o normal funcionamento dos serviços, conforme nota de rodapé apresentada. -----

----- O concurso para assistentes operacionais que o Senhor Presidente falou para a higiene urbana estava a decorrer, tinha 18 pessoas candidatas e no próximo dia 7 de janeiro seriam realizadas as entrevistas e no dia 8 os exames médicos. Significava que teriam em breve mais uma componente relevante de assistentes operacionais para a equipa da higiene urbana. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Gustavo Gouveia. --

----- **Membro Gustavo Gouveia (PS)** disse que o PS votaria favoravelmente ao Orçamento. Podiam considerar que o primeiro era de borla e tinham também um agradecimento grande a fazer porque o Executivo disponibilizou-se a apresentar detalhadamente, a esclarecer muitas dúvidas de informação. Da última vez que tinha sido Vogal não era comum que os Executivos prestassem informação tão detalhada e por isso estavam agradecidos, mas faziam alguns reparos que tinham a certeza de serem importantes para o futuro. -----

----- Em primeiro lugar, uma das propostas que apresentaram na candidatura através da qual foram eleitos e que era um ponto fundamental para a transformação da Junta de Freguesia, pressupunha que existisse uma replantação de árvores ao longo da Freguesia, de forma a cumprir a meta dos três, em que nenhum residente na Freguesia teria menos de três árvores da vista da sua janela. -----

----- Com esse orçamento para os espaços verdes, que a totalidade da Junta de Freguesia recebia menos dinheiro do que o projeto da Mata, que era um projeto de dimensão, mas

o somatório de todos os mais espaços verdes era superior à área da Mata, não viam que essa possibilidade se viesse a realizar. Portanto, sabia que contas se fariam no futuro, mas rogavam ao Executivo para que a verba fosse levantada. -----

----- Tinham também a dizer que por muito meritório que fosse o programa do gabinete técnico, era de notar que na Freguesia onde ficava o maior hospital do país tinha dois centros de saúde e um imenso parque de saúde, mesmo assim as necessidades de saúde da população não eram supridas e por essa razão era importante que fosse constituído um gabinete de acordo com os projetos que a Junta de Freguesia apresentou. Tanto quanto tinha presente, esse gabinete teria a mesma dotação financeira que o gabinete do animal. -----

----- Não ia falar sobre o gabinete do animal, o Membro Amândio Figueiredo estaria de certeza mais apto a fazê-lo e não queria descurar a causa, mas ainda sabiam que havia mais idosos na Freguesia do que animais e por essa razão também consideravam que a dotação devia ser elevada. -----

----- Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, tinham em conta a importância do comércio local e a requalificação do mercado, seria sem dúvida um projeto importante para fazer, mas a Freguesia precisava de mais. Na proposta candidata tinham falado da requalificação de outros espaços ao longo da Freguesia, onde seriam construídos quiosques, um bocadinho à semelhança do quiosque dos Coruchéus. Bem sabia que foi feito com um CDC, mas a Assembleia não servia só para falar das dotações presentes da Junta, também para tentar fazer esforços junto do Município para que mais competências e mais fundos fossem alocados à Freguesia de maneira a que esse tipo de projetos pudesse ir adiante. -----

----- Esperava que em abril, quando as contas fossem refeitas, que esse tipo de dotações suplementares e esse tipo de projetos se pudessem vir a concretizar, porque era importante para o desenvolvimento da Freguesia e da comunidade. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Amândio Figueiredo. -----

----- **Membro Amândio Figueiredo (PAN)** disse que o PAN tinha lido atentamente os documentos que sustentavam o Orçamento da Freguesia. Concordavam com algumas das medidas das GOP, nomeadamente em matéria de bem-estar animal, espaços verdes e mobilidade suave, mas discordavam de outras e teriam sido mais ambiciosos em algumas questões como a segurança pedonal, que era um problema grave na Freguesia, e teriam incluído mais atividades de utilização do espaço público, com momentos experimentais de encerramento de vias de trânsito para usufruto das pessoas. No entanto, esse não era o Orçamento do PAN e respeitavam quem democraticamente venceu as eleições. -----

----- Não podiam votar a favor, mas também não votariam contra e dava nota que algumas medidas apresentadas pelo PAN na reunião do direito de oposição já estavam incluídas no Orçamento que foi apresentado. Esperavam ao longo dos quatro anos poder contribuir com medidas concretas para a Freguesia, sempre em prol das pessoas, dos animais e da natureza, havendo um equilíbrio. -----

----- Deixava também os votos de uma boa quadra natalícia e um Ano Novo de comunidade e amizade entre todos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ricardo Varela. -----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que começava por agradecer ao Executivo da Junta a reunião do direito de oposição e ter facultado alguns documentos que permitiam começar desde logo um trabalho de procurar análise, pesasse embora alguns terem sido distribuídos depois mais tarde, mas agradeciam essa disponibilidade para

prestar esclarecimentos e informações importantes no contexto da análise aos documentos que estavam a ser propostos. -----

----- Quanto ao Orçamento, o Senhor Presidente disse e sabiam que era sempre um documento previsionário, procurava ser o mais objetivo e centrado naquilo que iriam ser as contas, mas tinha um grau de imprevisibilidade do ponto de vista daquilo que eram as receitas e despesas e a própria execução. -----

----- A questão com que deparavam era que o grau de imprevisibilidade nesse Orçamento ganhava uma maior dimensão. Por um lado, porque na verdade, estavam num período em que houve uma transição eleitoral, implicando que acordos, elaboração de protocolos e contratos de delegação de competências estavam numa fase de elaboração e esse elemento era relevante no contexto do Orçamento. Aliás, o Senhor Tesoureiro falou e era verdade, o valor correspondente aos recursos humanos era muito considerável no contexto do Orçamento e os CDCs e contratos interadministrativos representavam uma margem grande do ponto de vista daquilo que podia ser a intervenção da Junta. -----

----- Era essa a preocupação, era que poucas horas antes foi aprovado o Orçamento da Câmara e aquilo que foi transmitido pelos Vereadores era que havia uma redução efetiva no contexto daquilo que eram as verbas transferidas para as Juntas de Freguesia. Sabiam que embora estivesse inscrito no Orçamento um conjunto de medidas no âmbito dos contratos de delegação de competências na área da higiene urbana, na área dos espaços verdes, ou o contrato interadministrativo da própria higiene urbana, que à data não sabiam o que iria acontecer. -----

----- Essa imprevisibilidade criava alguma preocupação maior atendendo até àquilo que foram as declarações do próprio Presidente da Câmara, na altura candidato, que disse que no caso da higiene urbana haveria uma alteração, que seria feita uma avaliação. A própria Vereadora que tinha essa competência, no contexto daquilo que foi transmitido pelos Vereadores, disse exatamente a mesma coisa a propósito da transferência interadministrativa referente à verba final para o ano 2025, que efetivamente tinha que ser repensado, tinha que se ver a duplicação de funções, aquilo que era responsabilidade de cada uma das partes. -----

----- Tudo isso causava alguma apreensão no contexto daquilo que eram os números. Eles batiam certo, mas a questão era como depois acabariam por ser executados ou não.

----- Ligando à questão dos números tinham o Plano de Atividades, que eram as grandes orientações políticas. Se existia uma imprevisibilidade maior, queria dizer que para as linhas ali plasmadas poderia haver uma falta de capacidade de conseguir intervir. Destacava o caso da higiene urbana, que era um tema central. Sabiam que na reforma administrativa as competências que passaram, e no caso da higiene urbana os meios que passaram, não foram condicentes. Portanto, havendo uma reformulação nessa área em termos do que eram as transferências para as Juntas, isso podia comprometer a execução. Por exemplo, mais tarde teriam um ponto de aquisição de um equipamento, a forma como ele estaria enquadrado no contexto daquilo que seriam as transferências da Câmara para a Junta. -----

----- Depois havia outras questões que os colocavam em lados opostos em termos daquilo que era a ideia para a Freguesia. Referia a questão da manutenção dos espaços verdes, a intenção de continuar com a externalização desse serviço que tinha vindo a provar não ser eficaz e que não garantia a qualidade e manutenção dos espaços verdes. No período do público tiveram dois fregueses a falar e que era compreensível, atendendo àquilo que era o estado de degradação que por vezes assistiam, a iniciativa dos fregueses de poderem intervir era compreensível. Aliás, de tal forma era compreensível que a montante a Junta até já fez um protocolo e desenvolveu um

programa para essas situações. O que lhe parecia era que tinha de haver maior proximidade e ligação com essas pessoas para tentar encontrar consensos e intervenções. -----

----- Também as questões de medidas que eram anunciadas, como foi falado no posto de saúde e não centro de saúde, associado ao programa “Lisboa Mais Saúde”. Acreditavam que a Junta tinha competências próprias e aí devia concentrar as suas atenções, não operar os seus recursos para competências que eram do Estado Central. Quem utilizava os serviços sabia que tinham duas unidades de saúde, Alvalade e Parque e felizmente, ao contrário do que acontecia noutros casos em Lisboa onde já houve modelos desses que foram abertos, por exemplo em Marvila, não era preciso ir às cinco da manhã para ter uma consulta na unidade de saúde de Alvalade, felizmente os fregueses até estavam bem servidos. -----

----- Projetos como esses não só iam para lá das competências, mas para lá daquilo que era a resposta que tinham na Freguesia. As próprias farmácias tinham um serviço importante do ponto de vista daquilo que era a prestação desses cuidados de posto médico. -----

----- Não acompanhavam essa situação também nesse contexto. Não acompanhavam a questão das bolsas de estudo, mais uma vez as competências do Estado Central. Na altura da campanha expuseram essa situação e a divergência que tinham, assumiam que isso era uma competência do Estado Central e mais uma vez eram recursos que a Junta prescindia e iria necessitar deles para outras intervenções na Freguesia. Portanto, não acompanhariam. -----

----- Relativamente a um conjunto de projetos que estavam elencados e em curso, fosse da Praça de Alvalade ou do Parque José Gomes Ferreira, mais uma vez reforçavam aquilo que já disseram antes. Eram processos que não foram participados, processos que não levaram àquilo que era a discussão pública e a recolha de contributos. Receavam aquilo que pudesse vir a acontecer e que fosse o resultado final desses projetos. Aliás, deviam ser do conhecimento público e havia uma petição já a correr com mais de 170 assinaturas relativamente à colocação dos vasos na Praça de Alvalade, junto ao Santo António. Independentemente da razão ou não, demonstrava que o projeto não foi discutido e apresentado à população. -----

----- Depois havia um conjunto de outras medidas que eram colocadas no contexto de pugnar junto da Câmara. Dava o exemplo das escolas, a Gago Coutinho e a Eugénio dos Santos, que estavam inscritas no programa no sentido de reivindicar junto da Câmara a sua intervenção. O problema era que nesse dia foram aprovados outras vez os documentos da SRU e da Câmara e essas duas escolas não estavam inscritas no contexto do Orçamento e no final de março ou junho, não queria induzir em erro, fechava mais uma candidatura para o empréstimo do BEI. Se elas não fossem inscritas não haveria financiamento para a requalificação dessas duas escolas. -----

----- Era um problema que já ia de trás e valorizavam a inscrição desse ponto no Plano de Atividades, mas achavam que já devia ter sido feito um trabalho antes. Aliás, os eleitos do PCP e dos “Verdes” apresentaram várias recomendações e era necessário que isso tivesse sido levado a cabo. Sabiam agora que as escolas inscritas para intervir, não havia propriamente uma clarificação de qual foi a prioridade dada para intervir nessas e não noutras. Também sabiam agora que qualquer uma dessas escolas da Freguesia estava inscrita no relatório do LNEC como sendo muito urgentes para serem intervencionadas no âmbito daquilo que era a resiliência sísmica. -----

----- Havia outras situações que não concordavam, a questão do apoio aos comerciantes na instalação de sistemas de segurança. Acreditavam que devia haver um apoio ao comércio, desde logo o Mercado de Alvalade era uma boa medida, mas depois do Natal

tinha que alargar às transversais da Freguesia, às perpendiculares, aos outros pontos da Freguesia, para que todo o comércio não fosse uma coisa apenas centralizada na Avenida da Igreja. Isso eram medidas em que a Junta podia fazer a diferença. -----

----- A questão da videovigilância, sistema particular a uma ou outra instituição parecia importante, mas devia ser assegurado pelos próprios comerciantes e não a Junta a dar essa correspondência. Podia fazer medidas mais alargadas e que abrangessem todos, não seletiva e singular no contexto de um ou outro comerciante.-----

----- Era lógico que também valorizavam algumas medidas e não podiam deixar de valorizar, porque olhando para a educação e para o desporto havia um conjunto de medidas que tiveram impulso pelos eleitos na altura da CDU no Executivo da Junta. Referia-se às oficinas para crianças, ao Projeto 18 Mais, ao desporto júnior, às oficinas de teatro, às atividades das escolas na hora do recreio. Portanto, não podiam desvalorizar essa situação no contexto daquilo que era esse Plano. -----

----- Verdade fosse dita, também encontravam medidas que tinham inscritas no programa, desde a legalização da Rua das Mimosas às intervenções no Bairro São João de Brito, desde as questões do Parque José Gomes Ferreira no contexto da sua intervenção, pesasse embora que ficavam por saber qual era o projeto. Havia a questão da plantação de árvores, a questão do conselho do desporto, valorizavam isso tudo, mas apesar dessa valorização, aquilo que os distinguia era maior do que aquilo que eram os pontos positivos e não podiam acompanhar essa proposta.-----

----- Dava um último apontamento sobre o Plano e Orçamento. Talvez não com surpresa, mas com alguma angústia via assinaladas iniciativas na área da educação para celebração do 25 de Abril ou do 25 de Novembro. Estar a equiparar uma coisa com a outra e levar isso para dentro das escolas era fazer o caminho que alguns tinham vindo a procurar fazer, que era relegar para segundo plano aquilo que foi a intervenção revolucionária do 25 de Abril e fez com que estivessem ali no poder democrático, que era uma intervenção e uma conquista de Abril. -----

----- Sobre o Mapa de Pessoal só uma pequena nota. O Senhor Tesoureiro falou em 46% do Orçamento, estavam longe daquilo que era o limite máximo, mas depois também havia um grau de exigência para os trabalhadores conseguirem prosseguir a orientação e o trabalho. Aliás, por alguma razão o concurso que estava aberto para nove e não para dez, embora com a bolsa de recrutamento fosse capaz de poder ir aos dez, mas tinha consultado os documentos no site da Junta e eram nove vagas e não dez, ao contrário do que estava no Mapa de Pessoal para a higiene urbana. Compreendia as questões orçamentais, mas compreendia essa exigência que era colocada aos trabalhadores e inevitavelmente teria que ser ultrapassada com o reforço do Mapa de Pessoal. -----

----- A alteração foi feita no final do ano passado, o concurso foi lançado só em meados desse ano. Era bom que ele estivesse a decorrer, mas também era bom que decorresse para as outras situações. O Senhor Tesoureiro falou na questão da educação com contratos a termo, mas pelo que percebia da leitura e corrigissem se estivesse enganado, estavam com situações de falta de lugares efetivos em funções, tendo em conta o número de salas que existiam em jardins de infância e assistentes operacionais em efetivas funções. Se havia vagas permanentes para um posto de trabalho permanente, da mesma forma que foi lançado o concurso para a higiene urbana devia ser igualmente lançado no âmbito da educação, pesasse embora saberem que a metodologia acontecia para a saúde como para a educação ou a higiene urbana, os contratos a termo, era menos mau no contexto do vulgar recibo verde, mas era importante avançarem para um contexto de contratação. -----

----- Uma nota ainda relativa ao mapa de pessoal tinha a ver com a nova divisão. Na nova divisão que decorria dessa orgânica, no Mapa de Pessoal estava inscrito vaga no

contexto daquilo que eram os lugares por mobilidade em sistema de comissão. Saber se nessa lógica de valorização dos trabalhadores estavam a assumir que essa vaga para uma chefia estava a ser ocupada por um posto de trabalho em comissão, se estavam a falar de alguém externo que ia, se já estava previsto quem era e se seria do quadro da Junta ou alguém que iria de fora, porque aí podia cair por terra aquela situação da valorização que tinham falado no contexto dos trabalhadores.-----

----- Uma última nota sobre o ponto 7, a autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais. Foi dada a explicação da alteração da Lei, mas foram até ao montante máximo dos 500 mil euros. Queria isso dizer que no contexto da Assembleia de Freguesia, tinha ideia que talvez à exceção de dois contratos internacionais, no âmbito da higiene urbana ou no âmbito do espaço público, a não ser que tivessem compromissos plurianuais nenhum deles teria necessidade de ir à Assembleia de Freguesia. Parecia excessivo ter optado pelo valor máximo e não como era habitual, que pensava estar nos 99.759, havendo assim uma margem para que esses contratos pudessem também ir à Assembleia de Freguesia, até para que pudessem acompanhar de forma mais direta esses mesmos procedimentos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Afonso Moreira. ----

----- **Membro Afonso Moreira (BE)** disse que o BE agradecia o cumprimento do direito de oposição e os esclarecimentos que o Doutor Paulo Doce Moura forneceu.-----

----- Também se associavam à preocupação quanto à dependência do Município, até recentemente discutidos os atrasos na receção de verbas relativas a contratos de delegação de competências e que certamente tinham impacto nos trabalhos de aquisição, manutenção de meios de higiene urbana para garantir a limpeza da cidade. Havia também pelo Executivo e pelos eleitos na Assembleia de Freguesia que exigir os pagamentos atempados para que as Juntas pudessem cumprir a sua função social.-----

----- Com muita clareza assumiam o papel de oposição e votariam contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, não se reviam neles. Não consideravam que fosse um plano focado nas principais prioridades da Freguesia, em serviços públicos de proximidade, educação acessível, medidas que potenciassem o envelhecimento digno, uma Freguesia mais verde e com mobilidade suave, espaços públicos verdadeiramente ao serviço da comunidade.-----

----- Preocupavam alguns pontos do Orçamento. Alguns já foram ali referidos, mas começando pela dependência na aquisição de serviços externos para manutenção dos vastos espaços verdes da Freguesia, que na perspetiva do BE deviam ser assegurados pela própria Junta de Freguesia de um modo até financeiramente mais sustentável, incluía mais de 44 mil euros de avenças e na reunião do direito de oposição tiveram oportunidade de abordar esse tópico. Aparentemente, e se não fosse desse modo agradecia o esclarecimento, havia avenças até para assegurar alguns trabalhos na área da deservagem, que não compreendiam a razão de não ser aberto um concurso para essas funções se era uma necessidade estrutural, mesmo considerando que num momento inicial podia não ser possível fazer e recorrer-se a esse tipo de solução. -----

----- Também não concordavam com a promoção na instalação da videovigilância com compromisso para a privacidade dos fregueses e como já foi referido pelo eleito da CDU, abrir portas a pela primeira vez na Freguesia a não se celebrar o 25 de Abril, ao colocar a possibilidade de celebrar em alternativa o 25 de Novembro. Certamente uma afronta a todos aqueles que lutaram contra o fascismo e para toda a comunidade. -----

----- Aproveitava uma expressão que foi dita, parecia que na vida não havia almoços grátis e certamente que na política não havia borlas, oposição a sério era isso e, portanto, infelizmente tomavam nota que o PS parecia querer começar o mandato a desistir da oposição. O BE assumia esse papel com o voto contra.-----



----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Francisco Costa. ----

----- **Membro Francisco Costa (Livre)** disse que também queria agradecer a disponibilidade do tempo para as muitas perguntas que foram feitas na reunião do direito de oposição, agradecer a atenção para com o Livre. -----

----- Muitas das preocupações que tinha para expressar já foram ditas. Devia dizer que chega de uma reunião de Câmara a que tinha assistido e que tristemente confirmou que a cidade era governada por uma coligação oficiosa “Chega Por Ti Moedas” e que nada augurava de bom para os próximos quatro anos. Foi com pesar que tinha assistido a essa reunião e chegava à Assembleia de Freguesia com esperança de ver mais ambição, porque a Freguesia foi ganha com maioria absoluta. Felizmente ali não tinham extrema direita e esperava mesmo haver mais rasgos, mais ambição, objetivos mais claros em que um governo de maioria absoluta quisesse transformar positivamente a Freguesia. ---

----- Infelizmente, era um Orçamento de continuidade, sem esse rasgo e essa ambição que a Freguesia merecia e a visão do Livre para o Orçamento seria profundamente distinta. -----

----- A primeira medida do Plano era criar mais bolsas de estacionamento e pela segunda vez iria concordar com o Presidente Moedas, mas o que Alvalade precisava não era de mais carros no espaço público, não eram mais carros a ir de fora e a encher as ruas de Alvalade. O que Alvalade precisava era o que o Presidente Moedas fez noutras Freguesias, fazer acordos com as infraestruturas de parques existentes na Freguesia para alojar os carros dos residentes e de quem ali queria ir trabalhar ou usar o comércio, para libertar o espaço público a melhores usos, uso mais qualificado, um espaço mais seguro e livre dos automóveis. -----

----- Isso foi feito noutras Freguesias e tinham o exemplo do Parque Roma, em que um piso inteiro era alocado a rent-a-car, carros que iam de fora da Freguesia e era alugado para quem não era da Freguesia. Podia haver a vontade da Junta de mobilizar a Câmara para fazer como fez noutras Freguesias da cidade e alocar parques de estacionamento públicos aos residentes. A zona do Bairro das Estacas era bastante pressionada pelo estacionamento e a capacidade instalada existia em estrutura, não eram precisas mais bolsas de estacionamento no espaço público. Usassem racionalmente aquilo que existia.

----- Era com apreensão que viam como grande objetivo de mandato as perdas de rega. Era positivo, mas isso era uma obrigação da Junta, um objetivo grande de mandato devia ser o cumprimento de matéria do dia a dia, garantir que a rede de rega era eficiente e que a Junta não desperdiçava água, que era um bem finito e com as alterações climáticas tinham que pugnar pela sua boa gestão. Isso era uma obrigação básica da Junta. -----

----- Também o CDC da Quinta do Narigão fazia olhar com cepticismo para esse Orçamento. Aquilo que lhes foi dito era que seria apresentado a concurso o mesmo valor da obra que ficou deserta duas vezes, mas repetir várias vezes o mesmo erro esperando um resultado diferente não era propriamente um sinal de eficácia. Aquilo que convocava a Junta a fazer era um projeto e um processo realmente participativo, porque ele não foi participado e sabiam o que aconteceu na Praça de Alvalade por não ser participado. Descobrira na internet uma petição que já tinha quase 200 pessoas para a retirada das floreiras. -----

----- Isso acontecia porque os processos não eram participados e os fregueses queriam ter ação na sua Freguesia, queriam dizer aquilo que pensavam e esses projetos mereciam ter processos participativos a sério e que influenciassem positivamente esses projetos. O concurso da Quinta do Narigão tinha que ser relançado, aproveitassem para fazer um processo verdadeiramente participativo, ouvir as pessoas, o que elas queriam e rever o projeto em conformidade, depois lançar com a verba consignada que fosse suficiente

para finalmente fazer o projeto que era essencial à Freguesia e para terem o melhor parque florestal da cidade. Alvalade não podia querer menos do que isso. -----

----- Sobre a Avenida de Roma não podia dizer mais do que “eu avisei”. Tinha escrito sobre isso publicamente, a dizer que esse projeto era um erro crasso do ponto de vista da segurança rodoviária e também do mobiliário urbano. As críticas múltiplas de todas as fações e de todas as idades eram bastante audíveis. O que a Avenida de Roma precisava era de um projeto ambicioso de reperfilamento de uma ponta à outra, incluindo melhor transporte público, mais mobilidade pedonal, melhor acessibilidade, melhor segurança rodoviária, mais arborização e não floreiras que pareciam da loja do chinês compradas para tapar buracos. Era incompreensível o grau zero de vontade para transformar positivamente o espaço público que aquele projeto revelava. -----

----- Quanto à segurança rodoviária, a Junta tinha que ter mais ambição em todas as transformações do espaço público na pintura de passadeiras, em refazer passeios. Tinha que ter como missão reduzir as distâncias de atravessamento e medidas concretas aplicadas em todas as intervenções no espaço público para o tornar mais seguro. Infelizmente, não viam isso no Plano de Atividades e Orçamento. -----

----- Também não havia uma única palavra sobre o aeroporto e era um dos maiores problemas ambientais da Freguesia, era olímpicamente ignorado. A Junta tinha que ter uma palavra a dizer, não só sobre o futuro do aeroporto, mas sobre o problema ambiental que tinham todos os dias e isso não era dito. -----

----- Sobre as escolas, ainda nesse dia o Livre questionou o Presidente do Conselho de Administração da SRU porque estava previsto um projeto para a escola Eugénio dos Santos, não tinha verba e já não ia a tempo de se candidatar às verbas ainda disponíveis para a transformação de escolas. Não sabiam da Almirante Gago Coutinho, que também precisava de obras. Também precisavam de uma Junta mais vocal a exigir mais e melhor da Câmara Municipal nas infraestruturas escolares da Freguesia. -----

----- Iriam sinalizar a discordância com esse Orçamento votando contra, não deixando de dizer que estavam inteiramente disponíveis para juntar no próximo Plano de Atividades uma ou mais, ou todas as 156 medidas do programa da Coligação Viver Lisboa, que eram muito boas ideias e muito ambiciosas para a transformação positiva da Freguesia. Ali estariam para trabalhar, se assim o quisessem, em todas as ocasiões. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro João da Fonseca. -----

----- **Membro Maria João da Fonseca (IL)** começou por saudar todo o processo democrático que os levou até ali, toda a urbanidade com que decorreu a preparação da Assembleia e a apresentação do Plano e do Orçamento. -----

----- Gostava de fazer uma chamada de atenção, uma vez que se falou da escola Eugénio dos Santos. Parecia que a escola tinha um aflitivo problema ao nível dos computadores, faltavam computadores ou os que lá estavam não funcionavam e os alunos não podiam ter algumas aulas porque não tinham computadores. Sabia que havia um projeto da Junta para captação da atenção e motivação dos alunos e sabendo que não seria possível enquadrar no Orçamento, mas pedia que a Junta fizesse as diligências possíveis com as entidades competentes para encontrar essa solução. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Grandes Opções do Plano**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP e IL), 4 votos contra (CDU, Livre e BE) e 1 abstenção (PAN) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Plano Plurianual de Investimentos**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP e IL), 4 votos contra (CDU, Livre e BE) e 1 abstenção (PAN) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação o **Orçamento**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP e IL), 4 votos contra (CDU, Livre e BE) e 1 abstenção (PAN) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação o **Mapa de Pessoal**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP e IL), 2 votos contra (Livre e BE) e 3 abstenções (CDU e PAN)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PSD, CDS-PP e IL), 4 votos contra (CDU, Livre e BE) e 5 abstenções (PS e PAN)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 3 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 312/2025, relativa à decisão de contratar no âmbito do procedimento referente à “Locação operacional de duas varredouras mecânicas para o Serviço de Higiene Urbana” – Processo nº 83/CPI/JFA/2025:**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esse ponto era importante e também podia fazer algumas considerações sobre o ponto anterior, para não deixar sem resposta. Esse ponto ligava com temas da higiene urbana e era importante dar esclarecimentos sobre o que falaram no ponto anterior.-----

----- O tema da higiene urbana tinha que ver com a locação operacional de duas viaturas essenciais para o trabalho diário dos trabalhadores e também para lhe tirar carga. Era uma varredoura pesada e outra ligeira para a limpeza das ruas. Para além dessas tinham uma varredoura pesada propriedade da Freguesia de Alvalade e acharam que esse modelo era o mais sustentável financeiramente porque, pelas contas que fizeram, o valor que estava ali incluía manutenções, seguros, reparações e dava mais tranquilidade também aos trabalhadores. Caso contrário, quando a varredoura era da Junta, cada reparação custava milhares de euros e tinham sempre alguma imprevisibilidade em termos financeiros. Portanto, achavam que essa era a melhor forma. -----

----- Efetivamente, a Câmara ainda não falou com as Juntas de Freguesia relativamente ao que pensavam. No próximo ano não haveria naturalmente alterações, senão as Juntas no início de janeiro deixavam de fazer as coisas e depois queria ver quem iria fazer. A ideia que estava plasmada no programa da Câmara Municipal e que era intenção do Senhor Presidente da Câmara, naturalmente que teria de haver discussão com as Juntas de Freguesia, primeiro porque havia compromissos assumidos. Tinham que ver qual era o timing do corte dessas transferências para as Juntas de Freguesia e, mais importante do que isso, era que comesçassem a pagar a tempo e horas, porque as Juntas tinham vindo sucessivamente ao longo dos anos a antecipar verbas. Se não tivessem uma muito boa saúde financeira não seria possível acomodar as despesas que tinham para receber só no final do ano.-----

----- Assinaram no dia anterior os contratos interadministrativos de delegação de competências no âmbito da higiene urbana, referente à taxa turística e que eram mais 126 mil euros de transferência para a Junta que já devia ter sido pago no início do segundo semestre. Assinaram esse contrato, que iria à próxima Assembleia de Freguesia. Até poderiam colocar como ponto urgente, mas era relevante receber nesse ano económico para que não tivessem nenhum desequilíbrio financeiro do ponto de vista contabilístico por causa de transferências que não foram realizadas pelo Município de Lisboa. -----

----- Também assinaram o contrato de delegação de competências dos espaços verdes que não foram passados no aluo de transferência de 2012/2013, espaços que deviam estar sob a tutela da Junta de Freguesia, e espaços expectantes que a Câmara Municipal entendia que deviam ser as Juntas de Freguesia a fazer já no âmbito do trabalho diário que realizavam. Foram mais cerca de 92 mil euros que assinaram e que já deviam ter sido pagos no início desse ano económico. -----

----- Ainda tinha a receber do Parque José Gomes Ferreira 106 mil euros, mas esse contrato estava já firmado há algum tempo, um contrato para o mandato, a exemplo do que já existia no mandato anterior. Também estavam na expectativa de receber aquando da transferência dos contratos de delegação de competências. -----

----- Falava nisso porque era importante para ligar à questão da sustentabilidade do equilíbrio financeiro, porque tinham sempre essa preocupação e nunca iriam deixar que a Junta ficasse com problemas financeiros com base em decisões que tinham vindo a tomar. -----

----- Quanto aos comentários do PS, concordavam e tinham feito isso, se calhar não à velocidade desejada porque nem sempre era fácil a replantação de mais árvores. Tinha ainda cerca de 50 caldeiras vazias e que a Câmara tinha que fazer a remoção das que lá existiam para colocar árvores novas. Faziam sempre um trabalho prévio para ajudar o Município a identificar todas as caldeiras que precisavam de replantação e tinham tentado que isso fosse uma realidade. -----

----- Quanto ao posto de saúde e só estar cinco mil euros no Orçamento, o projeto era para ser implementado em 2027. Já era para terem construído, mas os primeiros orçamentos que chegaram... a obra física era relativamente fácil, era uma loja do Mercado de Alvalade, mas talvez por ser ano eleitoral os orçamentos chegaram a valores estratosféricos e decidiram prorrogar essa intervenção para alturas em que houvesse menos obras públicas, tentando baixar esse valor. Também aproveitar para fazer outro tipo de trabalho, se calhar o desenvolvimento de um projeto um pouco mais profundo, porque isso também dava mais confiança aos empreiteiros para apresentarem valores mais corretos. Por isso que só estavam inscritos cinco mil euros, para desenvolver os projetos. -----

----- O Senhor Vogal foi mandatado para negociar desde já o protocolo com os serviços sociais e levariam esse protocolo assinado antes de iniciar a obra. Dava mais confiança de estar tudo alinhado. -----

----- Dava nota também que esse posto de saúde, apesar de não ser uma competência da Junta de Freguesia, também tinham a obrigação de ir auscultando as várias entidades e ir percebendo o que fazia falta na Freguesia. Tinha uma relação de grande proximidade com a ULS de Santa Maria e naturalmente com os centros de saúde que a integravam, as USF. Sabiam que esse posto de saúde podia ser importante, não para fazer atos médicos, mas fazer outro tipo de atos mais de enfermagem e retirar alguma pressão dos centros de saúde. Vinham a fazer esse trabalho e achavam que tinham essa obrigação. -----

----- Quanto ao quiosque, era uma competência da Câmara Municipal de Lisboa. Sugeria à Assembleia de Freguesia que pudesse identificar mais um ou outro local onde se pudesse fazer esse projeto e a exemplo do que foi feito nos Coruchéus, se fosse necessidade da população ou de alguma zona onde quisessem desenvolver certamente que o fariam. -----

----- Relativamente ao tema ambiental e de sustentabilidade, a Junta de Freguesia desde que entrou em 2021 gastava menos 60 mil euros em água por ano do que no mandato anterior. Era mérito das equipas, não era seu, um trabalho de grande esforço para encontrar ferramentas que ajudassem a medir o consumo de água nos vários espaços verdes, a ver ruturas, e também nos vários equipamentos geridos pela Junta de Freguesia, incluindo as escolas. Conseguiram ter uma poupança anual em cerca de 60 mil euros, em relação ao mandato 2017-2021. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que estavam de acordo com a necessidade da sustentabilidade e equilíbrio financeiro. Tinha sempre dificuldade em perceber a urgência desses assuntos quando havia planeamento já de trás, mas era um assunto que consideravam importante, os equipamentos para reforçar o trabalho das equipas, era obviamente essencial e devia ser executado. -----

----- Pugnavam por uma alteração ao modelo vigente na higiene urbana, o Senhor Presidente da Junta também deu nota da imprevisibilidade existente, assumindo que podia não ser para já e que o contrato interadministrativo continuaria a providenciar os recursos necessários à Junta, mas foi interessante também ter visto essa clareza de ser uma parte do programa do atual Executivo na Câmara Municipal de Lisboa e uma das perguntas que lhes ocorria imediatamente era se nesse contrato de locação haveria provisões para financiar o contrato sem perderem dinheiro. Era importante manter isso, ou pelo menos garantir que estava lá. -----

----- Outra questão era se tinha equacionado ou não a compra dos equipamentos, mas de certa forma já respondeu. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Francisco Costa. ----

----- **Membro Francisco Costa (Livre)** disse que no âmbito da sua atividade tinha podido acompanhar a audição da Senhora Vereadora dos espaços verdes sobre essa alteração que iria ocorrer na higiene urbana na cidade e foi dito claramente que 2026 era um ano de transição e em 2027 teriam um novo paradigma. Não sabiam o quê, a Vereadora não foi clara naquilo que planeava, mas o que deu a entender era que seriam retiradas competências e com isso verbas às Juntas de Freguesia. Portanto, a pergunta que reiterava era o que aconteceria se em 2027, um contrato de locação que custava 100 mil euros por ano à Junta, o que aconteceria em 2027 se não fossem transferidas essas verbas para a Junta. Por quem era assumido e se teriam de assumir. -----

----- Saber isso era determinante para o sentido do voto na proposta, porque podiam estar a assumir um encargo para o qual a Junta não iria ter verbas consignadas e, como bem disse o Senhor Tesoureiro, a maior parte de verba da Junta ia do Orçamento de Estado e da Câmara por via desses CDCs também dos espaços verdes e da higiene urbana. Essa pergunta tinha de ser cabalmente respondida antes de ser votado. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havia competências próprias da Junta de Freguesia, como a varredura, a limpeza das ruas. Esses equipamentos eram para fazer aquilo que lhes competia, não eram serviços a mais pedidos no contrato interadministrativo ou no contrato de delegação de competências. Portanto, essa pergunta estava respondida por si só. Havia um trabalho que tinham que fazer, a Junta

estava equilibrada, tudo aquilo que eram serviços a mais estavam quantificados e era para isso que os CDCs eram pagos. -----

----- Acreditava que esses CDCs nunca iriam acabar na sua totalidade, não era sequer possível isso acontecer. Poderia haver uma mudança de paradigma, e esperava para ver, mas esses equipamentos eram para fazer trabalhos em competências próprias e a Câmara aí não tinha nenhuma palavra a dizer. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Francisco Costa. ----

----- **Membro Francisco Costa (Livre)** disse que a pergunta não foi respondida e era clara, era o que acontecia, porque falou-se em alteração da Lei da delegação de competências. As delegações de competências iam de certeza ser alteradas, essa foi a palavra dada pela Senhora Vereadora e a pergunta que fazia era clara, saber o que acontecia se em 2027 a Junta não tivesse a transferência de verba para fazer face ao encargo, o que aconteceria ao contrato se tivesse de ser resolvido mais cedo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que com oito milhões daria para pagar os 300 mil, a coisa estava resolvida. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era uma competência própria e a Junta teria que continuar a varrer as ruas de Alvalade e a Câmara não tinha nada que se pronunciar. Quando acabassem os contratos havia atividades que deixavam de ser feitas pela Junta, havia funcionários que teriam que sair, tinham contratos a termo e não mudava nada. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 312/2025, relativa à decisão de contratar no âmbito do procedimento referente à “Locação operacional de duas varredouras mecânicas para o Serviço de Higiene Urbana” – Processo nº 83/CPI/JFA/2025**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, CDU, IL e PAN), 1 voto contra (Livre) e 1 abstenção (BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Francisco Costa. ----

----- **Membro Francisco Costa (Livre)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“O Livre não é contra a varredoura mecânica da Junta de Freguesia, mas não foram dados esclarecimentos que dessem segurança para o encargo que aqui se assume e, portanto, o Livre votou contra esse encargo. Obviamente que queremos as ruas de Alvalade varridas da maneira mais célere e eficaz possível, mas os esclarecimentos que foram dados não dão segurança para o compromisso plurianual que aqui foi assumido.”* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que pelos contatos já feitos haveria disponibilidade para continuar a sessão no dia 8 de janeiro, uma quinta-feira. Não podendo ser 8 sugeria dia 7, para não saírem dessa semana. -----

----- (A Assembleia decidiu continuar a sessão no dia 7 de janeiro de 2026) -----

----- Continuando, deu por encerrada a reunião. Eram zero horas e quinze minutos do dia dezoito de dezembro -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -

-----O PRESIDENTE-----